Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 A Companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dedica-se, diretamente ou por meio de suas subsidiárias e controladas (denominadas, em conjunto, "Petrobras" ou a "Companhia"), à pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

- As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações contábeis individuais

- As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários CVM.
- Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 651/10. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 3.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

Alguns valores relativos aos períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o período atual. Estas reclassificações não afetaram o resultado e patrimônio líquido da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 4 de fevereiro de 2013, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

2.1. Relatórios por segmento de negócio

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre as áreas de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre as áreas e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização vigente, contendo as seguintes áreas:

- a) Exploração e Produção: abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural, atuando, também, de forma associada com outras empresas em parcerias.
- **b)** Abastecimento: contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e petróleo, exportação de etanol, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.
- c) Gás e Energia: engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, de transporte e comercialização de GNL, de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas no Brasil, além de ser responsável pelos negócios com fertilizantes.
- **d)** Biocombustível: contempla as atividades de produção de biodiesel e seus co-produtos e as atividades de etanol, através de participações acionárias, da produção e da comercialização de etanol, açúcar e o excedente de energia elétrica gerado a partir do bagaço da cana-de-açúcar.
- e) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, etanol e gás natural veicular no Brasil, representada principalmente pelas operações da Petrobras Distribuidora.
- **f)** Internacional: abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

2.2. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

2.3. Balanço social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e informações gerenciais da Companhia. Esse balanço é apresentado como informação adicional.

2.4. Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de suas controladas brasileiras, é o real. A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e a moeda funcional da Petrobras Argentina S.A. é o peso argentino.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

2.5. Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, provisões para processos judiciais, valor de mercado de instrumentos financeiros, ajustes a valor presente de contas a receber e a pagar das transações relevantes, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

3 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Petrobras e de suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósitos específicos, cujas práticas contábeis estão aderentes às adotadas pela Companhia. As empresas consolidadas são as seguintes:

Participação no capital -Subscrito, integralizado e votante %

		e votar	ite %
Subsidiárias e controladas	País	2012	2011
Petrobras Distribuidora S.A BR e suas controladas	Brasil	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (i)	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Braspetro Oil Company - BOC e suas controladas (i)	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Petrobras International Braspetro B.V PIBBV e suas controladas (i) (ii)	Holanda	100,00	100,00
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda PBEN (iii)	Brasil	100,00	100,00
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. – E-PETRO (iv)	Brasil	100,00	100,00
Petrobras Gás S.A Gaspetro e suas controladas	Brasil	99,99	99,99
Petrobras International Finance Company - PifCo e suas controladas (i)	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Petrobras Transporte S.A Transpetro e suas controladas	Brasil	100,00	100,00
Downstream Participações Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Petrobras Netherlands B.V PNBV e suas controladas (i)	Holanda	100,00	100,00
5283 Participações Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	Brasil	99,00	99,00
Baixada Santista Energia S.A.	Brasil	100,00	100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. – SFE	Brasil	100,00	100,00
Termoceará Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Termomacaé Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Termobahia S.A.	Brasil	98,85	98,85
Ibiritermo S. A.	Brasil	50,00	50,00
Petrobras Biocombustível S.A.	Brasil	100,00	100,00
Refinaria Abreu e Lima S.A.	Brasil	100,00	100,00
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. – CLEP	Brasil	100,00	100,00
Comperj Participações S.A.	Brasil	100,00	100,00
Comperj Estirênicos S.A.	Brasil	100,00	100,00
Comperj MEG S.A.	Brasil	100,00	100,00
Comperj Poliolefinas S.A.	Brasil	100,00	100,00
Cordoba Financial Services Gmbh - CFS e sua controlada (i)	Áustria	100,00	100,00
Breitener Energética S.A. e suas controladas	Brasil	93,66	65,00
Cayman Cabiunas Investiment CO. (i)	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Innova S.A.	Brasil	100,00	100,00
Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A CDPU (v)	Brasil	100,00	100,00
Companhia de Recuperação Secundária S.A CRSEC	Brasil	100,00	100,00
Petrobras Química S.A Petroquisa e suas controladas (vi)	Brasil	-	100,00
Arembepe Energia S.A. (vii)	Brasil	100,00	30,00
Energética Camaçari Muricy S.A. (vii)	Brasil	71,60	49,00
Companhia Integrada Têxtil de Pernanbuco S.A Citepe (viii)	Brasil	100,00	-
Companhia Petroquímica de Pernanbuco S.A PetroquímicaSuape (viii)	Brasil	100,00	-
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A PB-LOG (viii)	Brasil	100,00	-
Liquigás S.A. (viii)	Brasil	100,00	-

⁽i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.

⁽ii) Participação de 11,87% da 5283 Participações Ltda.

⁽iii) Participação de 0,09% da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.

⁽iv) Participação de 0,05% da Downstream.

⁽v) Participação de 20% do Comperj Participações S.A.

⁽vi) Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A.

⁽vii) Aquisição de controle (combinação de negócios).

⁽viii) Participação direta em 2012 (indireta em 2011), decorrente de reorganizações societárias em controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Sociedades de Propósitos Específicos - SPE	País	Atividade principal
Charter Development LLC – CDC (i)	E.U.A	Exploração e Produção
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI	Brasil	Refino
PDET Offshore S.A.	Brasil	Exploração e Produção
Nova Transportadora do Nordeste S.A NTN	Brasil	Logística
Nova Transportadora do Sudeste S.A NTS	Brasil	Logística
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema (i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moedas estrangeira.	Brasil	Corporativo

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

3.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio	líquido	Lucro líquido		
	2012	2011	2012	2011	
Consolidado - IFRS	345.433	332.224	20.959	33.110	
Patrimônio de acionistas não controladores	(2.354)	(2.385)	223	203	
Despesas diferidas líquidas de IR	361	636	(287)	(212)	
Controladora - CPC	343.440	330.475	20.895	33.101	

4 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

4.1. Ativos e passivos financeiros

4.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1.2. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Títulos mantidos até o vencimento são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do período quando da liquidação do título.

4.1.3. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de que não será capaz de receber os valores devidos pelos clientes, como em casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade do devedor entrar com pedido de falência ou em recuperação judicial.

4.1.4. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

4.1.5. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos e mensurados por valor justo e estão classificados como ativos ou passivos no balanço patrimonial.

As mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado financeiro do período, exceto quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge* efetivo na modalidade de fluxo de caixa.

Nas operações envolvendo derivativos designados e qualificados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidos para o resultado quando o item protegido for efetivamente realizado. A parcela ineficaz do *hedge* é registrada no resultado do período.

4.2. Estoques

Os estoques são determinados pelo custo médio de aquisição ou de produção (método da média ponderada móvel) e estão demonstrados da seguinte forma:

- Matérias-primas compreende principalmente os estoques de petróleo bruto, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou de importação, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido;
- Produtos contempla principalmente derivados de petróleo e biocombustíveis, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido;

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Materiais e suprimentos para manutenção - representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

As importações em andamento estão demonstradas ao custo identificado.

4.3. Investimentos societários

Os investimentos em controladas em conjunto e coligadas, nas quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas também são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

4.4. Combinação de negócios e goodwill

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa uma combinação de negócios ou uma compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados em consonância com o método de aquisição, sendo reconhecidos pelos seus respectivos valores justos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos adquiridos, líquidos) é reconhecido como *goodwill* no ativo intangível. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas que não resultem em perda de controle são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

Nas aquisições de participação em coligadas e controladas em conjunto, sem a obtenção de controle, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo, sendo que o *goodwill* é apresentado no investimento.

4.5. Gastos com Exploração e Desenvolvimento de Petróleo e Gás

Os gastos incorridos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são contabilizados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos, que considera as seguintes características gerais:

- Gastos relacionados com atividades de geologia e geofísica são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.
- Valores relacionados à obtenção de direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural são inicialmente capitalizados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Custos exploratórios diretamente associados à perfuração de poços são inicialmente capitalizados no ativo imobilizado até que sejam constatadas ou não reservas provadas relativas ao poço. Os custos posteriores à perfuração do poço continuam a ser capitalizados desde que o volume de reservas descobertos justifique o seu reconhecimento futuro como poço produtor e estudos das reservas e da viabilidade econômica e operacional do empreendimento estiverem em curso. Uma comissão interna de executivos técnicos da Petrobras revisa mensalmente as condições de cada poço, levando-se em consideração os dados de geologia, geofísica e engenharia, condições econômicas, métodos operacionais e regulamentações governamentais.
- Poços exploratórios secos ou sem viabilidade econômica e os demais custos vinculados às reservas não comerciais, são reconhecidos como despesa no período, quando identificados como tal.
- Construção, instalação e conclusão de infra-estrutura, tais como plataformas, dutos, perfuração de poços de desenvolvimento e outros custos relacionados ao desenvolvimento de reservas provadas e economicamente viáveis são capitalizados no ativo imobilizado.

4.6. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, corrigido monetariamente durante períodos hiperinflacionários, bem como pelo valor presente dos custos estimados com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável de ativos *impairment*.

Os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens (arrendamento mercantil financeiro), são reconhecidos inicialmente pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato e são depreciados de acordo com as regras aplicáveis aos ativos imobilizados. Nos casos em que a Companhia não possui razoável certeza de que virá a obter a propriedade dos ativos no fim do prazo do contrato, os bens são depreciados pelo menor entre sua vida útil e o prazo do arrendamento mercantil.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada quatro anos e seus gastos são depreciados como custo da produção até o início da parada seguinte.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média dos empréstimos vigente durante o período, aplicada sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou pelo o método das unidades produzidas dos respectivos ativos.

Os ativos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são depreciados/amortizados a partir do início da produção do campo, considerando os seguintes critérios:

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

i) equipamentos e instalações cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o método das unidades produzidas, considerando o volume de produção mensal em relação às reservas provadas desenvolvidas de cada campo produtor; ii) demais ativos, contemplando aquele com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção são depreciados utilizado-se o método linear; e iii) direitos e concessões são amortizados de acordo com o método das unidades produzidas, considerando o volume de produção mensal em relação às reservas provadas totais de cada campo produtor;

As reservas são estimadas por profissionais especializados da Companhia, de acordo com as definições estabelecidas pela *Securities and Exchange Commission – SEC*, e revisadas anualmente, ou em um intervalo menor, caso haja indício de alterações significativas.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 11.

4.7. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*. É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, bônus de assinatura pagos pela obtenção de concessões para exploração de petróleo ou gás natural, cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do pré-sal, concessões de serviços públicos, além de marcas e patentes, softwares e ágio por expectativa de rentabilidade futura *goodwill* decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura *goodwill* é apresentado no investimento.

Os direitos e concessões correspondentes aos bônus de assinatura das concessões e cessão onerosa, quando da declaração de comercialidade dos campos, são reclassificados para conta do ativo imobilizado. Os bônus de assinatura das concessões e a cessão onerosa, enquanto estão no ativo intangível não são amortizados, sendo os demais intangíveis amortizados linearmente pela vida útil estimada.

Ativos intangíveis gerados internamente, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam todos os critérios normativos, não são capitalizados, portanto são reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

4.8. Diferido

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008 no individual, que continuará a ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), em conformidade com a Lei 11.941/09.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

4.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido (individual) quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás e aqueles que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

4.10. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia assume substancialmente todos os riscos, benefícios e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. Nos casos em que a Companhia é arrendadora, esses contratos são reconhecidos como recebíveis no ativo.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

4.11. Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros com a obrigação para recuperar o meio ambiente e para desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou pela suspensão permanentes das atividades na área por razões econômicas. São reconhecidos no Imobilizado pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmantelamento de área revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da declaração de comercialidade de cada campo, sendo a depreciação/amortização realizada com base no método das unidades produzidas, apenas para as reservas provadas desenvolvidas.

4.12. Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre o valor contábil do ativo ou passivo e sua base fiscal, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável. Os reconhecimentos no ativo são realizados na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

4.13. Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos no resultado durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corredor.

As premissas atuariais relativas às variáveis que determinam o custo final para proporcionar os benefícios pós-emprego incluem: estimativas biológicas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

A Companhia também contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.14. Capital Social e Remuneração aos Acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos no estatuto da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.15. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

4.16. Reconhecimento de receitas, custo e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor possa ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e outros produtos relacionados, são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, enquanto as receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos atribuíveis as construções dos bens que necessitam de um período substancial de tempo para estar pronto para uso, que são capitalizados como parte do custo do ativo.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4.17. Novas normas e interpretações

Durante o exercício de 2012, as seguintes normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, mas não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia:

- Emenda ao IFRS 7 - "Divulgações: Transferências de Ativos Financeiros" (*Disclosures: Transfers of Financial Assets*).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Emenda ao IAS 12 - "Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes" (*Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*). Estabelece critérios para apuração da base fiscal de um ativo.

As normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

Normas	Descrição	Vigência (*)
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (Presentation of Items of Other Comprehensive Income). Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (Employee Benefits). Elimina o método do corredor para reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias e requer que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida. Simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	"Demonstrações Financeiras Consolidadas" (Consolidated Financial Statements). Define os princípios e os requerimentos para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. Estabelece conceito de controle como base da consolidação e como aplicá-lo para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (Joint Arrangements). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações contábeis de entidades que sejam partes de acordos conjuntos. Os acordos conjuntos são classificados pelo IFRS 11 em dois tipos: operações conjuntas e joint ventures. Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. Joint ventures existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de joint ventures não é mais permitida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações sobre Participações em Outras Entidades" (Disclosure of Interests in Other Entities). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo" (Fair Value Measurement). Define valor justo de uma forma mais precisa, explica como mensurá-lo (fornecendo uma única fonte) e determina o que deve ser divulgado. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (Disclosures – Offesetting Financial Assets and Financial Liabilities). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
IAS 27 (revisado em 2011)	"Demonstrações Financeiras separadas". Inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle do IAS 27 incluídas no novo IFRS 10.	1º de janeiro de 2013

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Normas	Normas Descrição			
IAS 28 (revisado em 2011)	"Coligadas e Controladas em conjunto" (Joint Ventures). Estabelece requerimentos para controladas em conjunto e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º janeiro de 2013		
IFRS 9	"Instumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. A emenda ao IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015		

^(*) Normas vigentes a partir de exercícios iniciados em ou após essas datas.

O efeito estimado da emenda ao IAS 19, com a eliminação do diferimento das perdas atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor), resultará no aumento do passivo atuarial líquido em R\$ 21,1 bilhões, tendo como contrapartida um aumento do ativo fiscal diferido em R\$ 6,1 bilhões, e uma redução de R\$ 15 bilhões no patrimônio líquido da Companhia.

Quanto às demais emendas e novas normas listadas acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos significantes em suas demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolic	lado	Controla	ladora	
	2012 2011		2012	2011	
Caixa e bancos	2.024	3.731	66	672	
Aplicações financeiras					
- No País					
Fundos de investimentos DI	16.589	10.301	15.570	9.210	
Outros fundos de investimentos	856	4.275	498	2.623	
	17.445	14.576	16.068	11.833	
- No Exterior	8.159	17.440	1.259	6.353	
Total das aplicações financeiras	25.604	32.016	17.327	18.186	
Total de caixa e equivalentes de caixa	27.628	35.747	17.393	18.858	

As aplicações financeiras no país são representadas por fundos de investimentos cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais. Na controladora são realizadas, ainda, aplicações em quotas do fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) do Sistema Petrobras.

As aplicações no exterior são compostas de *time deposits* com prazos de até 3 meses e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo, realizadas com instituições de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

6 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controla	ladora	
	2012	2011	2012	2011	
Para negociação	20.888	16.785	20.888	16.785	
Disponíveis para venda	488	5.479	191	5.210	
Mantidos até o vencimento	299	291	2.588	6.849	
	21.675	22.555	23.667	28.844	
Circulante	21.316	16.808	23.379	23.625	
Não circulante	359	5.747	288	5.219	

Os títulos para negociação e os disponíveis para venda referem-se principalmente a investimentos em títulos governamentais com prazos de vencimentos superiores a 90 dias, cujos montantes apresentados no ativo circulante consideram a expectativa de realização no curto prazo.

Os títulos disponíveis para venda contemplam Notas do Tesouro Nacional, anteriormente dadas em garantia à Petros, conforme descrito na Nota 20.1.

Os títulos mantidos até o vencimento na Controladora incluem investimentos no FIDC-NP no valor de R\$ 2.370 em 31 de dezembro de 2012 e estão apresentados no ativo circulante.

7 Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

_	Consoli	dado	Controladora		
-	2012	2011	2012	2011	
Clientes					
Terceiros	22.040	19.348	5.233	3.207	
Partes relacionadas (Nota 17)					
Subsidiárias, controladas em conjunto e					
coligadas	1.593	1.549	16.077	26.146	
Recebíveis do setor elétrico	3.958	3.672	911	1.099	
Contas petróleo e álcool - STN	835	832	835	832	
Outras	6.297	5.545	3.376	3.029	
	34.723	30.946	26.432	34.313	
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.967)	(2.790)	(412)	(402)	
<u>-</u>	31.756	28.156	26.020	33.911	
Circulante	22.681	22.053	17.374	21.068	
Não circulante	9.075	6.103	8.646	12.843	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

7.2. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

	Consolid	Consolidado		idora
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	2.790	2.681	402	466
Adições ^(*)	587 (410)_	586	287	238 (302)
Baixas/Reversões (*)		(477)	(277)	
Saldo final	2.967	2.790	412	402
Circulante	1.746	1.685	412	402
Não circulante	1.221	1.105	-	-

^(*) Inclui variação cambial sobre perdas em créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

7.3. Contas a receber vencidos - Terceiros

	Consolid	Consolidado		oladora	
	2012	2011	2012	2011	
Até 3 meses	1.572	1.411	1.070	800	
De 3 a 6 mes es	319	215	171	82	
De 6 a 12 mes es	370	264	210	64	
Acima de 12 meses	3.243	2.982	475	447	
	5.504	4.872	1.926	1.393	

8 Estoques

	Consolic	lado	Controladora		
	2012	2011	2012	2011	
Produtos:				_	
Derivados de petróleo ^(*)	12.016	9.166	10.216	7.550	
Álcool ^(*)	330	782	155	289	
	12.346	9.948	10.371	7.839	
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	13.184	14.847	11.200	11.718	
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	3.846	3.369	3.386	2.911	
Outros	452	367	23	33	
	29.828	28.531	24.980	22.501	
Circulante	29.736	28.447	24.908	22.434	
Não circulante	92	84	72	67	

^(*) Inclui importações em andamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

9 Incorporações, cisões e outras informações sobre ativos

Incorporação da Petroquisa e cisão parcial da BRK

Em 27 de janeiro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a incorporação da Petrobras Química S.A. - Petroquisa e a cisão parcial da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. - BRK com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento do capital social.

<u>Assinatura de acordo - Refinaria Pasadena</u>

Em 29 de junho de 2012, a Companhia assinou um acordo extrajudicial que prevê o término de todas as ações judiciais existentes entre as empresas do grupo Petrobras e as empresas do grupo belga Transcor/Astra, controlador da Astra Oil Trading NV (Astra), inclusive aquelas relacionadas ao processo arbitral que reconheceu em abril de 2009 o exercício da opção de venda de ações da Astra para a Petrobras America S.A. - PAI, de sua participação acionária (50%) na Pasadena Refining System Inc - PRSI e Trading Company.

O valor fixado no acordo de US\$ 820,5 milhões já estava quase todo provisionado para pagamento, restando o complemento de US\$ 70 milhões (equivalentes a R\$ 140), reconhecido no resultado do 2º trimestre de 2012. Com a assinatura do acordo e o pagamento do respectivo valor, que ocorreu na mesma data da assinatura do acordo, as partes dão ampla e geral quitação recíproca em relação a todos os processos judiciais em que litigavam.

Avaliação a valor justo - GBD

A avaliação a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da controlada Gás Brasiliano Distribuidora S.A. – GBD foi concluída em junho de 2012, cuja aquisição de 100% das ações pela Petrobras Gás S.A.- Gaspetro ocorreu em 2011. Esta avaliação resultou na alocação do preço de compra de R\$ 444 (equivalentes a US\$ 280 milhões) composto por ativos intangíveis de R\$ 332 e em outros ativos e passivos líquidos de R\$ 112, portanto, não houve reconhecimento de *goodwill*.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG

Em 31 de julho de 2012, a Alberto Pasqualini S.A. - REFAP passou a denominar-se Empresa de Logística de E&P S.A., após a transferência dos seus ativos de refino para a Petrobras, tendo como novo objetivo a prestação de serviços de logística para operações de exploração e produção de petróleo no Brasil e cujas atividades operacionais não foram iniciadas. Em 1º de novembro de 2012 a Empresa de Logística de E&P S.A passou a se chamar Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG. A Companhia não teve seu patrimônio líquido afetado em função da transferência dos ativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

10 Investimentos

10.1. Informações sobre as subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas

			Milhares de açõe	es/qu	otas	_	
	% de Participação direta da Petrobras	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2012	Ações Ordinárias / quotas	_	Ações prefe- renciais	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Subsidiárias e Controladas	100.000/	10.457	41.070			21.044	F 0F7
Petrobras Netherlands B.V PNBV Refinaria Abreu e Lima S.A.	100,00% 100,00%	10.457 11.014	41.870 11.013.815		-	21.044 10.567	5.057 (555)
Petrobras Distribuidora S.A BR	100,00%	4.182	34.777.774		-	10.357	1.891
Petrobras Gás S.A Gaspetro	99,99%	6.865	3.180		794	10.322	1.539
Petrobras Transporte S.A Transpetro	100,00%	2.946	2.946.300			3.906	720
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A PB-LOG	100,00%	3.162	2.388.987		_	3.435	8
Petrobras International Finance Company - PifCo	100,00%	531	300.050		_	(2.569)	(1.013)
Petrobras Biocombustível S.A.	100,00%	2.586	258.550		_	1.916	(217)
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco S.A Citepe	100,00%	2.127	2.127.229		-	1.801	11
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A CLEP	100,00%	827	916.976		-	1.503	39
Companhia Petroquímica de Pernambuco S.A PetroquímicaSuape	100,00%	1.792	1.791.520		-	1.404	(83)
Petrobras International Braspetro - PIB BV	88,12%	6	2.837		-	969	557
Liquigás Distribuidora S.A.	100,00%	581	8.145		-	848	1
Termomacaé Ltda.	99,99%	634	634.015	(*)	-	796	189
Comperj Poliolefinas S.A.	100,00%	651	65.108		-	651	-
Breitener Energética S.A.	93,66%	592	484.490		-	508	30
INNOVA S.A.	100,00%	307	57.600		5.748	431	68
Termoceará Ltda.	100,00%	275	275.226	(*)	-	343	64
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda PBEN	99,91%	217	216.852	(*)	-	257	25
Arembepe Energia S.A.	100,00%	276	186.290.218		-	227	35
Baixada Santista Energia S.A.	100,00%	297	297.136	(4)	-	217	(24)
Sociedade Fluminense de Energia Ltda SFE	99,99%	56	55.556	(*)	-	153	117
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda	100,00%	78	77.599	(*)	-	147	87
5283 Participações Ltda.	100,00%	1.423	1.422.603	(*)	-	115	66
Energética Camaçari Muriçy I Ltda.	71,60%	98	120.835		-	101	47
Comperj Estirênicos S.A.	100,00%	87	8.739	(*)	-	87	(02)
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	99,00%	1 77	117.127 7.696	. ,	-	(82) 77	(93)
Comperj MEG S.A. Termobahia S.A.	100,00%	312			-	61	20
Cordoba Financial Services GmbH	98,85% 100,00%	512	52 1	(**)	_	46	(1)
Cayman Cabiunas Investment Co.	100,00%	-	100	(**)	25.500	43	21
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A E-Petro	99,95%	21	21.000		-	28	1
Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A CDPU	80,00%	25	25.001		_	24	-
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	100,00%	351	106.210		_	(14)	(244)
Companhia de Recuperação Secundária S.A CRSEC	100,00%	-	43.456		_	. ,	-
Comperj Participações S.A.	100,00%	22	2.150		_	(2)	(14)
Downstream Participações Ltda.	99,99%	1	1.412	(*)	-	(1)	25
Braspetro Oil Company - BOC	100,00%	-	1	(**)	-	-	-
Controladas em conjunto							
UTE Norte Fluminense S.A.	10,00%	481	481.432		-	935	131
Termoaçu S.A.	76,87%	700	699.737		-	740	19
Fábrica Carioca de Catalizadores S.A FCC	50,00%	120	502.145		-	282	55
Logum Logística S.A.	20,00%	300	430.556		-	212	(52)
Brasil PCH S.A.	49,00%	109	94.188		14.844	166	48
Cia Energética Manauara S.A.	40,00%	50	45.000		-	155	18
Ibiritermo S.A.	50,00%	8	7.652		-	112	42
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio	50,00%	50	30.222		-	106	18
Brasympe Energia S.A. Participações em Compleyes Biognargáticos S.A. BCBIOS	20,00%	26	260.000		-	79 62	3
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PCBIOS Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	50,00% 33,20%	63 32	62.850 5.158		15.296	62 57	12
METANOR S.A Metanol do Nordeste	33,20%	67	98.693		197.386	45	(7)
Companhia de Coque Calcinado de Petróleo S.A COQUEPAR	45,00%	62	62.056			45	(2)
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	49,00%	40	39.918		_	43	1
Brentech Energia S.A.	30,00%	30	25.901		_	40	13
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	49,00%	39	38.911		_	38	(2)
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	51,00%	35	35.353		-	35	(3)
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	49,00%	35	35.433		-	34	(1)
GNL do Nordeste Ltda.	50,00%	-		(*)	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

			Milhares de aç			
	% de Participação direta da Petrobras	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2012	Ações Ordinárias / quotas	Ações prefe- renciais	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Coligadas						
Braskem S.A.	36,20%	8.043	451.669	345.59	7 8.295 ^{(**}	*) (972) ^(***)
Fundo de Investimento em Participações de Sondas	5,00%	1.916	95.784	(*)	- 1.920	7
Sete Brasil Participações S.A.	5,00%	2.021	101.050		- 1.872	(51)
UEG Araucária Ltda.	20,00%	707	707.440	(*)	- 666	28
Deten Química S.A.	27,88%	213	99.327.769		- 313	54
Energética SUAPE II	20,00%	140	139.977		- 148	36
Termoelétrica Potiguar S.A TEP	20,00%	37	11.259		- 84	(9)
Companhia Energética Potiguar S.A.	20,00%	9	1		- 64	56
Nitroclor Ltda.	38,80%	10	10.330	(*)	- 1	-
Bioenergética Britarumã S.A.	30,00%	-	110			-

^(*) Quotas

10.2. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2011	Aquisição e aporte de capital	Contribuição Adicional de Capital	Reorganizações societárias / Redução de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.12.2012
Subsidiárias e controladas								
PNBV	13.740	27	48	-	5.161	1.536	-	20.512
Refinaria Abreu e Lima	2.997	8.125	-	-	(555)	-	-	10.567
Petrobras Distribuidora	9.960	-	-	(971)	1.891	32	(688)	10.224
Gaspetro	10.574	262	36	(12)	1.539	-	(2.077)	10.322
Transpetro	3.146	359	-	-	669	17	(424)	3.767
PB Log	-	-	-	3.421	22	-	(8)	3.435
PBIO	1.477	683	(22)	-	(217)	(5)	-	1.916
Citepe	-	1.180	-	610	11	-	-	1.801
CLEP	1.473	-	-	-	39	-	(10)	1.502
PetroquímicaSuape	-	829	-	658	(83)	-	-	1.404
PIBBV	400	-	88	-	491	(126)	-	853
Liquigás	-	-	-	858	1	-	(11)	848
Termomacaé Ltda	743	-	-	-	189	-	(137)	795
COMPERJ Poliolefinas	651	-	-	-	-	-	-	651
Breitener	30	433	(4)	-	17	-	-	476
INNOVA	377	-	-	-	68	-	(14)	431
Termoceará	319	-	-	-	64	-	(40)	343
PBEN	270	-	-	-	25	-	(38)	257
Arembepe	-	186	-	-	37	-	-	223
Baixada Santista	241	-	-	-	(24)	-	-	217
Petroquisa	4.516	-	-	(4.516)	-	-	-	-
Downstream	1.124	2.300	-	(3.459)	35	-	-	-
Outras Controladas	591	24	29	-	347	(8)	(123)	860
Controladas em Conjunto	1.051	4	-	207	114	-	(89)	1.287
Coligadas	1.643	185	(5)	2.139	(231)	24	(190)	3.565
	55.323	14.597	170	(1.065)	9.610	1.470	(3.849)	76.256
	_							

	2012	2011
Subsidiárias, controladas em conjunto e coligadas	76.256	55.323
Ágio	3.180	3.056
Lucros não realizados da Controladora	(1.143)	(1.340)
Outros investimentos	195	200
Total dos investimentos	78.488	57.239

^(**) Quantidade de ações em unidades (***) Dados relativos a 30.09.2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

10.3. Investimentos (Consolidado)

	2012	2011
Coligadas e Controladas em conjunto		
Investimentos Petroquímicos	5.837	6.226
Distribuidoras de Gás	1.134	1.056
Guarani S.A.	985	847
Termoaçu S.A.	546	538
Petroritupano - Orielo	476	458
Nova Fronteira Bionergia S.A.	414	434
Petrowayu - La Concepción	394	330
Distrilec S.A.	84	216
Petrokariña - Mata	154	195
UEG Araucária	131	128
Transierra S.A.	142	122
Demais empresas coligadas e controladas em conjunto	1.936	1.468
	12.233	12.018
Outros Investimentos	244	230
	12.477	12.248

10.4. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

	Lote de m	de valores Lote de mil ações (R\$ por ação)			Valor de mercado		
Empresa	2012	2011	Tipo	2012	2011	2012	2011
Controladas							
Petrobras Argentina ^(*)	1.356.792	678.396	ON	1,41	2,70	1.913 1.913	1.832 1.832
Coligadas							
Braskem	212.427	212.427	ON	9,60	11,78	2.039	2.502
Braskem	75.793	75.793	PNA	12,80	12,80	970	970
						3.009	3.472

Cotação em bolsa

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

^(*) Em 26 de setembro de 2012, a Petrobras Argentina S.A. realizou aumento do seu capital social mediante a capitalização de reservas de lucros, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em 29 de março de 2012. Esta capitalização foi efetivada com a emissão do total de 1.009.618.410 novas ações ordinárias classe B. Esta alteração não afetou o patrimônio líquido da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

10.5. Informações contábeis resumidas de controladas em conjunto e coligadas

A Companhia investe em controladas em conjunto e coligadas no país e exterior, cujas atividades estão relacionadas a empresas petroquímicas, distribuidoras de gás, biocombustíveis, termoelétricas, refinarias e outras. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

		2012				
	Controladas e	m conjunto	Coli	gadas		
	País	Exterior	País	Exterior		
Ativo Circulante	4.333	1.581	14.710	5.559		
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.950	344	6.591	347		
Imobilizado	6.478	4.721	24.219	4.141		
Outros ativos não circulantes	2.911	134	9.181	7		
	15.672	6.780	54.701	10.054		
Passivo Circulante	4.255	2.660	14.139	4.643		
Passivo não circulante	3.585	1.938	22.485	1.635		
Patrimônio Líquido	7.742	1.656	17.989	3.776		
Participação dos Acionistas não Controladores	90	526	88			
	15.672	6.780	54.701	10.054		
Receita Operacional Líquida	11.247	2.419	38.071	1.250		
Lucro Líquido do Exercício	884	118	(860)	243		
Percentual de Participação - %	10 a 83%	22 a 50%	5 a 43%	22 a 50%		

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11 Imobilizado

11.1. Por tipo de ativos

			Consolidado			Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção (*)	Gastos c/exploração e desenv. Produção de petróleo e gás (campos produtores)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	8.756	97.174	138.578	36.229	280.737	189.912
Adições	169	2.730	53.690	3.290	59.879	42.222
Constituição/revisão de estimativa de				2 522	2 522	2.382
desmantelamento de áreas	-	-	-	2.532	2.532	2.382
Juros capitalizados	-	-	7.325	-	7.325	5.788
Combinação de negócios	-	-	24	-	24	-
Baixas	(41)	(421)	(2.221)	(581)	(3.264)	(2.258)
Transferências	4.205	31.283	(40.294)	12.394	7.588	2.221
Depreciação, amortização e depleção	(799)	(9.769)	-	(6.660)	(17.228)	(12.376)
Impairment - constituição	-	(91)	(276)	(391)	(758)	(473)
Impairment - reversão	3	27	-	66	96	61
Ajuste acumulado de conversão	66	3.548	1.733	839	6.186	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.359	124.481	158.559	47.718	343.117	227.479
Custo	16.865	195.977	158.559	99.474	470.875	321.708
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(4.506)	(71.496)		(51.756)	(127.758)	(94.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.359	124.481	158.559	47.718	343.117	227.479
Adições	100	4.058	63.844	3.358	71.360	56.108
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	10.719	10.719	10.481
Juros capitalizados	-	-	7.400	-	7.400	5.348
Combinação de negócios	169	370	4	-	543	-
Baixas	(11)	(119)	(5.232)	(215)	(5.577)	(5.151)
Transferências	4.946	48.679	(59.531)	13.550	7.644	879
Depreciação, amortização e depleção	(933)	(12.985)	-	(7.360)	(21.278)	(15.250)
Impairment - constituição	(42)	(366)	(77)	(307)	(792)	(294)
Impairment - reversão	-	91	276	133	500	224
Ajuste acumulado de conversão	96	2.763	1.635	586_	5.080	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.684	166.972	166.878	68.182	418.716	279.824
Custo	22.140	250.630	166.878	127.408	567.056	390.436
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(5.456)	(83.658)		(59.226)	(148.340)	(110.612)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.684	166.972	166.878	68.182	418.716	279.824
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	25 (25 a 40) (exceto	20 (3 a 31) (**)		Método da unidade produzida		
	terrenos)	` '				

(*) Inclui ativos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás.

Em 31 de dezembro de 2012, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 208 e de R\$ 10.287, respectivamente (R\$ 178 e R\$ 10.921 em 31 de dezembro de 2011).

^(**) Contempla ativos depreciados pelo método das unidades produzidas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.2. Abertura por tempo de vida útil estimada – Consolidado

Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens

Vida útil estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2012
até 5 anos	10.953	(6.474)	4.479
6 - 10 anos	41.172	(18.703)	22.469
11 - 15 anos	4.033	(1.709)	2.324
16 - 20 anos	69.204	(18.037)	51.167
21 - 25 anos	50.961	(13.760)	37.201
25 - 30 anos	48.107	(7.542)	40.565
30 anos em diante	5.598	(3.229)	2.369
Método da Unidade Produzida	41.104	(19.660)	21.444
	271.132	(89.114)	182.018
Edificações e benfeitorias	20.502	(5.456)	15.046
Equipamentos e outros bens	250.630	(83.658)	166.972

11.3. Redução ao valor recuperável de ativos

Impairment

A avaliação de recuperabilidade dos ativos resultou no reconhecimento de perdas por *impairment*, que estão relacionadas, principalmente, a campos de produção petróleo e gás natural no Brasil (R\$ 294), que encontram-se no estágio de maturidade de sua vida útil, e à revisão das projeções do fluxo de caixa da Refinaria de Pasadena (R\$ 464).

A alteração de determinados fatores, que motivaram o reconhecimento de perdas estimadas por desvalorização em períodos anteriores, resultou na reversão de *impairment* relacionado a campos de petróleo e gás natural no Brasil (R\$ 224) e ao Complexo Petroquímico de Suape (R\$ 276).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

12 Intangível

12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado					Controladora
		Softv	vares	Ágio com		
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Desenvolvidos Internamente	expectativa de rentabili- dade futura goodwill	Total	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011	78.310	320	1.361	906	80.897	77.905
Adição	678	110	336	19	1.143	411
Aquisição por combinação de negócio	-	-	-	4	4	-
Juros capitalizados	-	-	36	-	36	36
Baixa	(273)	(5)	(12)	-	(290)	(172)
Transferências	(92)	19	(36)	(4)	(113)	(72)
Amortização	(44)	(113)	(341)	-	(498)	(399)
Impairment - constituição	(2)	-	-	-	(2)	-
Ajuste acumulado de conversão	227	6		24	257	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	78.804	337	1.344	949	81.434	77.709
Custo	79.525	1.361	2.837	949	84.672	79.872
Amortização acumulada	(721)	(1.024)	(1.493)		(3.238)	(2.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	78.804	337	1.344	949	81.434	77.709
Adição	179	141	286	-	606	458
Juros capitalizados	-	-	30	-	30	30
Baixa	(229)	(3)	(6)	-	(238)	(231)
Transferências	(166)	23	(198)	(28)	(369)	(257)
Amortização	(91)	(119)	(278)	-	(488)	(360)
Impairment - reversão	12	-	-	-	12	-
Ajuste acumulado de conversão	193	7		20	220	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	78.702	386	1.178	941	81.207	77.349
Custo	79.533	1.463	2.950	941	84.887	79.873
Amortização acumulada	(831)	(1.077)	(1.772)		(3.680)	(2.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	78.702	386	1.178	941	81.207	77.349
Tempo de vida útil estimado - anos	(*)	5	5	Indefinida		

^(*) ver nota explicativa 4.7 (Ativo Intangível)

12.2. Direito de exploração de petróleo - Cessão onerosa

Em 31 de dezembro de 2012, o ativo intangível da Companhia inclui o montante de R\$ 74.808 vinculado ao Contrato de Cessão Onerosa, que foi celebrado em 2010 entre a Petrobras, a União (cedente) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP (reguladora e fiscalizadora), referente ao direito de exercer atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados em blocos na área do Pré-Sal (Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Entorno de Iara, Sul de Guará e Sul de Tupi), limitado à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo em até 40 anos, renováveis por mais cinco sob determinadas condições.

O contrato estabelece que na declaração de comercialidade das reservas haverá revisão de volumes e preços, que deverá ter como base laudos técnicos independentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Caso a revisão determine que os direitos adquiridos alcancem um valor maior que o inicialmente pago, a Companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos nos termos do contrato. Se a revisão determinar que os direitos adquiridos resultem em valor menor que o inicialmente pago pela Companhia, a União reembolsará a diferença, em moeda corrente ou títulos, sujeito às leis orçamentárias.

Quando os efeitos da referida revisão tornarem-se prováveis e mensuráveis, a Companhia efetuará os respectivos ajustes nos preços de aquisição.

Adicionalmente, o contrato prevê um programa exploratório obrigatório para cada um dos blocos e compromissos mínimos de aquisição de bens e serviços de fornecedores brasileiros nas fases de exploração e desenvolvimento da produção, os quais serão objeto de comprovação junto à ANP. No caso de descumprimento, a ANP poderá aplicar sanções administrativas e pecuniárias, conforme regras previstas no contrato.

Em 2012, em conformidade com o programa exploratório obrigatório, a Companhia concluiu a perfuração de 4 poços na área da cessão onerosa, cujos resultados comprovaram a potencialidade da área. A Petrobras dará continuidade às atividades e investimentos previstos no contrato.

12.3. Devolução à ANP de áreas na fase de exploração

No exercício de 2012, os direitos sobre os blocos exploratórios devolvidos para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP totalizaram R\$ 221 (R\$ 158 em 2011) e são os seguintes:

Blocos – Concessão exclusiva da Petrobras:

- Bacia do Espírito Santo: ES-M-466;
- Bacia de Santos: S-M-415, S-M-675; S-M-506; S-M-1358; S-M-1482; BM-S-17;
- Bacia do Potiguar: POT-T-515; POT-T-560; POT-T-600; POT-T-602;
- Bacia de Sergipe Alagoas: SEAL-T-252 e SEAL-T-253;
- Bacia do Recôncavo Baiano: REC-T-209.

Blocos em parceria (devolvidos pela Petrobras ou pelos seus operadores):

- Bacia de Campos: C-M-103; C-M-151;
- Bacia do Espírito Santo: ES-T-410;
- Bacia de Santos: S-M-330, S-M-322; S-M-508, S-M-1476; BM-S-22;
- Bacia do Potiguar: POT-T-608; POT-T-556, POT-T-601; POT-T-564;
- Bacia Marítima do Potiguar: BM-POT-13;
- Bacia Pará-Maranhão: PAMA-M-187.

12.4. Devolução à ANP de campos de petróleo e gás natural, operados pela Petrobras

Durante o exercício de 2012, não houve devolução de campos à ANP.

12.5. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

Em 31 de dezembro de 2012, o ativo intangível inclui contratos de concessão de distribuição de gás natural canalizado no Brasil no total de R\$ 498, com prazos de vencimentos entre 2029 e 2043, podendo ser prorrogado. As concessões prevêem a distribuição para os setores industrial, residencial, comercial, veicular, climatização, transportes e outros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A remuneração pela prestação de serviços consiste, basicamente, na combinação de custos e despesas operacionais e remuneração do capital investido. As tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído estão sujeitas a reajustes e revisões periódicas com o órgão regulador estadual.

Ao final das concessões, os contratos prevêem indenização à Companhia dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizadas com o objetivo de determinar o valor.

13 Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás natural

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados à atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentadas na tabela a seguir:

Custos exploratórios reconhecidos no Ativo (*)	Consolic	dado
	2012	2011
Im obilizado		
Saldo em 1º de janeiro	18.983	12.899
Adições	12.982	10.485
Baixas	(5.439)	(2.334)
Transferências	(5.137)	(2.698)
Ajustes acumulados de conversão	371	630
Saldo em 31 de dezembro	21.760	18.983
Intangível (**)	77.588	78.167
Total dos Custos Exploratórios Reconhecidos no Ativo	99.348	97.150

^(*) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados abaixo:

Custos exploratórios reconhecidos no resultado	Consolic	lado
	2012	2011
Despesas com geologia e geofísica	1.994	1.723
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	5.628	2.504
Outras despesas exploratórias	175	170
Total das despesas	7.797	4.397
Caixa utilizado nas atividades	Consolidado	
	2012	2011
Operacionais	2.226	1.856
Investimentos	12.982	10.485
	15.208	12.341

^(**) Saldos decorrentes principalmente dos direitos de exploração vinculados ao contrato de Cessão onerosa, conforme descrito na nota 12.2

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

13.1. Tempo de capitalização

O quadro a seguir apresenta os custos e o número de poços exploratórios capitalizados por tempo de existência, considerando a data de conclusão das atividades de perfuração. Demonstra, ainda, o número de projetos para os quais os custos de poços exploratórios estejam capitalizados por prazo superior a um ano:

Custos exploratórios capitalizados por tempo de existência ^(*)	Consol	idado
	2012	2011
Custos de prospecção capitalizados até um ano	8.621	5.939
Custos de prospecção capitalizados acima de um ano	13.139	13.044
Saldo final	21.760	18.983
Número de projetos cujos custos de prospecção foram		
capitalizados por prazo superior a um ano	145_	99
	Em milhares (R\$)	Número de poços
2011	4.523	62
2010	2.214	24
2009	2.069	34
2008	1.205	11
2007 e anos anteriores	3.128	18
Saldo Total	13.139	149

^(*) Não contempla os custos para obtenção de direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural.

Do total de R\$ 13.139 para 145 projetos que incluem poços em andamento por mais de um ano desde a conclusão das atividades de perfuração, aproximadamente R\$ 3.558 referem-se a poços localizados em áreas em que há atividades de perfuração já em andamento ou firmemente planejadas para o futuro próximo e aproximadamente R\$ 9.284 foram incorridos em custos referentes às atividades necessárias à avaliação das reservas e o possível desenvolvimento das mesmas.

14 Fornecedores

	Consolic	dado	Controladora		
	2012	2011	2012	2011	
Passivo circulante					
Terceiros					
País	13.306	12.259	10.868	9.252	
Exterior	10.430	9.159	2.994	3.016	
Partes relacionadas (Nota 17.1)	1.039	834	13.056	10.333	
	24.775	22.252	26.918	22.601	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

15 Financiamentos

	Consolidado				Controladora			
	Circul	ante	Não Circ	culante	Circul	ante	Não Circ	ulante
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
No exterior								
Instituições financeiras	9.428	13.641	51.406	37.590	109	344	14.236	13.163
Obrigações ao portador - Notes, Global Notes e Bonds	2.514	803	63.413	39.441	1.509	-	913	2.182
Trust Certificates - Senior/Junior	-	-	-	5	-	-	-	-
Operações de mútuo (Nota 17.1)	-	-	-	-	-	-	21.762	-
Pré pagamento de exportação (Nota 17.1)	-	-	-	-	4.033	-	-	-
Outros	500	12	5_	190				
	12.442	14.456	114.824	77.226	5.651	344	36.911	15.345
		-		-	-		-	
No País		-		-	-		-	
Notas de Crédito à Exportação	291	135	12.795	12.982	275	135	12.795	12.982
BNDES	1.714	1.719	44.111	37.385	361	303	16.193	10.224
Debêntures	286	1.853	705	993	72	1.700	100	167
FINAME	69	79	666	731	69	79	666	731
Cédula de Crédito Bancário	102	51	3.606	3.606	31	52	3.606	3.606
Cessões de direitos creditórios não performados – FIDC-NP (Nota 17.2)	-	-	-	-	9.060	9.639	-	-
Outros	379	591	4.111	3.482				
	2.841	4.428	65.994	59.179	9.868	11.908	33.360	27.710
	15.283	18.884	180.818	136.405	15.519	12.252	70.271	43.055
Juros sobre financiamentos	2.081	1.648			606	514		
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo (principal)	5.711	6.921			1.820	2.099		
Financiamentos de curto prazo	7.491	10.315			13.093	9.639		
	15.283	18.884			15.519	12.252		

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

15.1. Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

	20	2012		
	_ Consolidado	Controladora		
2014	8.535	2.746		
2015	14.560	3.317		
2016	27.924	13.887		
2017	19.186	7.129		
2018 em diante	110.613	43.192		
Total	180.818	70.271		

15.2. Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	Consoli	dado	Control	adora
	2012	2011	2012	2011
No exterior				
Até 4%	65.022	41.491	14.233	14.476
De 4,01 a 6%	28.135	17.711	20.304	233
De 6,01 a 8%	20.263	15.729	2.374	636
Acima de 8%	1.404	2.295		
	114.824	77.226	36.911	15.345
No País			-	
Até 6%	6.916	5.383	889	465
De 6,01 a 8%	33.740	32.311	10.513	9.559
De 8,01 a 10%	24.220	3.621	21.908	1.098
Acima de 10%	1.118	17.864	50	16.588
	65.994	59.179	33.360	27.710
	180.818	136.405	70.271	43.055

15.3. Saldos por moedas no passivo não circulante

	Consolid	dado	Controladora		
	2012	2011	2012	2011	
Dólar norte-americano	98.714	68.012	29.166	14.451	
Real	37.622	32.882	24.143	19.233	
Real indexado ao dólar norte-americano	28.063	25.942	10.130	9.299	
Euro	10.492	4.681	5.371	-	
Libra esterlina	3.706	1.991	1.461	-	
lene	2.221	2.897		72	
	180.818	136.405	70.271	43.055	

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial e o valor justo dos empréstimos de longo prazo estão divulgados nas notas 30 e 31, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

15.4. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de ativos em construção foi de 4,5% a.a. em 2012 (4,6% a.a. em 2011).

15.5. Captações

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, ao desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, à construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

As principais captações de longo prazo realizadas em 2012 estão demonstradas a seguir:

a) No exterior

Empresa	Data	Valor	Vencimento	Descrição
PifCo	fev/12	12.029	2015, 2017, 2021, 2041	Global notes emitidos de US\$ 1,250 milhões, US\$ 1,750 milhões, US\$ 2,750 milhões e US\$ 1,250 milhões com cupom de 2,875%, 3,500%, 5,375% e 6,750% , respectivamente.
PNBV	abr/12 a jun/12	3.612	2018, 2019 e 2023	Empréstimos no montante de US\$ 1,879 milhões com os bancos Morgan Stanley Bank, JP Morgan Chase, Citibank Internacional PLC, e HSBC Bank PLC – Libor mais juros de mercado.
PNBV	ago/12 a set/12	3.043	2019	Empréstimos no montante de US\$ 1,500 milhões com os bancos Export Development Canadá e HSBC Holdings PLC – Libor mais juros de mercado.
PGT BV	s et/12	3.043	2017 e 2018	Empréstimos no montante de US\$ 1,500 milhões com os bancos Banco do Brasil S/A e Citibank N.A. – Libor mais juros de mercado.
PGT BV	out/12 e dez/12	3.072	2017 e 2018	Empréstimo no montante de US\$ 1,000 milhão e U\$\$ 500 milhões com os bancos Bank of America e Standard Chartered – Libor mais juros de mercado.
PGF BV	out/12	5.227	2019 e 2023	Emissão de Global Notes € 1,300 milhões e € 700 milhões com cupom de juros de 3,25% a.a. e 4,25%a.a. respectivamente.
PGF BV	out/12	1.472	2029	Emissão de Global Notes £ 450 milhões com cupom de juros de 5,375% a.a.

31.498

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) No país

Empresa	Data	Valor	Vencimento	Descrição					
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística	jan/12	409	2023, 2026 e 2028	Emissão de certificados de recebíveis imobiliários para construção de um laboratório e um prédio administrativo - IPCA + spread médio de 5,3%a.a.					
Fundo de Investimento Imobiliário FCM	mai/12	514	2025 e 2032	Emissão de certificados recebíveis imobiliários para construção dos ativos dos projetos Porto Nacional e Porto Cruzeiro do Sul – IPCA mais 4,0933%a.a. e 4,9781% a.a.					
Petrobras	jul/12 e set/12	4.215	2015 e 2022	Empréstimos obtidos junto ao BNDES pa modernização do parque de refino e outro projetos de infraestrutura, assim como pesquisa e desenvolvimento e de modernizaçã e ampliação de parque tecnológico.					
Petrobras	nov/12 e dez/12	714	2015, 2024 e 2026	Empréstimos obtidos junto ao BNDES para modernização do parque de refino, construção de um terminal de regaseificação de gás natural e implantação de unidade industrial para produção de fertilizantes nitrogenados					
		5.852							

15.6. Captações – Saldo a utilizar

a) No exterior

		Valor em US\$ milhões					
Empresa	Agência	Contratado	Utilizado	Saldo a utilizar			
PNBV	Citibank International PLC	686	549	137			
PNBV	HSBC Bank PLC	1.000	173	827			
Petrobras	Japan Bank for International Cooperation (JBIC)	600	-	600			
Petrobras	The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd (BTMU) *	400	-	400			

^(*) O Japan Bank for International Cooperation (JBIC) proverá as garantias parciais caso esses recursos venham a ser utilizados.

b) No país

Empresa	Agência	Contratado	Utilizado	Saldo a utilizar
Transpetro ^(*)	BNDES, Banco do Brasil e CEF	10.004	1.265	8.739
PB-LOG	BNDES	1.109	285	824
Petrobras	BNDES	10.375	4.929	5.446
Liquigas	BNDES	114	83	31

^(*) Foram assinados contratos de compra e venda de 49 navios e 20 comboios com 6 estaleiros nacionais no montante de R\$ 11.116, sendo 90% financiados pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – CEF.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

15.7. Garantias

As instituições financeiras não requerem garantias à Petrobras. Existem financiamentos concedidos pelo BNDES que estão garantidos pelos bens financiados.

Os empréstimos obtidos por Sociedades de Propósitos Específicos - SPE estão garantidos pelos próprios ativos dos projetos, bem como penhor de direitos creditórios e ações das SPE.

16 Arrendamentos mercantis

16.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

	2012				
	Consol	idado	Controladora		
	Recebimentos	Pagamentos	Pagamentos		
	Mínimos	Mínimos	Mínimos		
2042	205	4.2	2 2 4 4		
2013	385	43	2.244		
2014 - 2017	1.482	177	5.126		
2018 em diante	4.221	350	2.436		
Recebimentos/pagamentos de compromissos estimados	6.088	570	9.806		
Menos montante dos juros anuais	(2.826)	(357)	(2.044)		
Valor presente dos recebimentos/pagamentos mínimos	3.262	213	7.762		
Circulante	123	37	1.741		
Não circulante	3.139	176	6.021		
Em 31 dezembro de 2012	3.262	213	7.762		
Circulante	225	82	1.922		
Não circulante	2.848	183	7.422		
Em 31 de dezembro de 2011	3.073	265	9.344		

16.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional (sem transferência de benefícios, riscos e controles)

	2012			
	Consolidado	Controladora		
2013	34.174	40.218		
2014 - 2017	72.162	94.257		
2018 em diante	60.383	114.510		
Em 31 de dezembro de 2012	166.719	248.985		
Em 31 de dezembro de 2011	104.132	193.880		

No exercício de 2012, a Companhia pagou um montante de R\$ 20.443 no Consolidado (R\$ 27.146 na Controladora) reconhecido como despesa do período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

17 Partes relacionadas

17.1. Transações comerciais e outras operações

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas, sociedades de propósito específico e coligadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. No decorrer dos exercícios findos em 2012 e 2011, não foram registradas quaisquer perdas estimadas.

17.1.1. Por operação

	Controladora							
				2012				
	-		Ativo		Passivo			
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Resultado								
Receitas, principalmente de vendas Variações monetárias e cambiais líquidas Receitas (despesas) financeiras líquidas	126.195 (1.957) (1.099)							
Ativo								
Contas a receber		9.191	6.886	16.077				
Contas a receber, principalmente por vendas		7.755	-	7.755	•			
Dividendos a receber		1.001	-	1.001				
Operações de mútuo		-	4.585	4.585				
Adiantamento para aumento de capital		-	1.150	1.150				
Valores vinculados à construção de gasoduto		-	741	741				
Ressarcimento a receber		-	302	302				
Outras operações		435	108	543				
Passivo								
Arrendamentos mercantis financeiros					(1.741)	(5.973)	(7.714)	
Financiamentos sobre operações de créditos					(1.509)	(913)	(2.422)	
Operações de mútuo					-	(21.762)	(21.762)	
Pré pagamento de exportação					(4.033)		(4.033)	
Fornecedores					(13.056)	-	(13.056)	
Compras de petróleo, derivados e outras					(10.347)	-	(10.347)	
Afretamento de plataformas					(1.658)	-	(1.658)	
Adiantamento de clientes					(856)	-	(856)	
Outros					(195)	-	(195)	
Outras operações					(139)	(82)	(221)	
Em 2012	123.139	9.191	6.886	16.077	(20.478)	(28.730)	(49.208)	
Em 2011	115.380	14.306	11.840	26.146	(12.389)	(9.837)	(22.226)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

17.1.2. Por empresa

	Controladora							
	2012							
		Ativo			Passivo			
Subsidiárias e controladas ^(*)	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
BR Distribuidora	74.034	3.130	19	3.149	(298)	(19)	(317)	
PIB-BV Holanda	20.084	1.266	4.381	5.647	(10.235)	(22.675)	(32.910)	
Gaspetro	6.918	1.418	741	2.159	(1.755)	-	(1.755)	
PB-LOG	2.005	204	-	204	(292)	-	(292)	
Transpetro	581	306	-	306	(656)	-	(656)	
Refinaria Abreu e Lima	341	228	591	819	-	-	-	
Termoelétricas	162	284	228	512	(99)	(706)	(805)	
Breitener Energética	85	-	45	45	-	-	-	
PNBV	100	13	18	31	(1.954)	-	(1.954)	
Brasoil	(227)	447	6	453	(10)	-	(10)	
PIFCo	(262)	7	3	10	(2.901)	-	(2.901)	
Outras Controladas	2.865	911	715	1.626	(965)	(886)	(1.851)	
	106.686	8.214	6.747	14.961	(19.165)	(24.286)	(43.451)	
Sociedade de Propósito Específico								
Nova Transportadora do Nordeste - NTN	15	344	50	394	(280)	(661)	(941)	
CDMPI	(60)	-	-	-	(289)	(1.998)	(2.287)	
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	(60)	317	3	320	(245)	(639)	(884)	
PDET Off Shore	(74)	-	62	62	(310)	(1.083)	(1.393)	
Demais SPE's			20	20				
	(179)	661	135	796	(1.124)	(4.381)	(5.505)	
Coligadas								
Empresas do Setor Petroquímico	16.617	304	-	304	(109)	(63)	(172)	
Outras Coligadas	15	12	4	16	(80)		(80)	
	16.632	316	4	320	(189)	(63)	(252)	
	123.139	9.191	6.886	16.077	(20.478)	(28.730)	(49.208)	

^(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto.

17.1.3. Taxas de operações de mútuo

As operações de mútuo são realizadas de acordo com as condições de mercado e legislação aplicável, conforme a seguir:

		Controladora					
	Ativ	0	Passivo				
	2012	2011	2012	2011			
Até 7%	4.307	9.103	(14.930)	-			
De 7,01% a 10%	-	-	(6.832)	-			
De 10,01% a 13%	1	276	-	-			
Acima de 13%	277	529		-			
	4.585	9.908	(21.762)	-			

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

17.2. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

A Controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas do Sistema Petrobras.

Os valores investidos em títulos públicos do FIDC-NP estão registrados em caixa e equivalentes de caixa ou títulos e valores mobiliários, em função dos seus respectivos prazos de realização.

Os encargos financeiros a apropriar sobre as operações de venda de direitos creditórios performados e/ou não performados estão registrados como outros ativos circulantes.

As cessões de direitos creditórios performados estão classificadas como outros ativos circulantes, enquanto não compensados. As cessões de direitos creditórios não performados estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

	Controladora		
	2012	2011	
Aplicações financeiras	79	2.474	
Títulos e valores mobiliários	2.370	6.840	
Encargos financeiros a apropriar	86	153	
Cessões de direitos performados	(1.154)	(681)	
Total classificado no ativo circulante	1.381	8.786	
Cessões de direitos não performados	(9.060)	(9.639)	
Total classificado no passivo circulante	(9.060)	(9.639)	
Receita Financeira FIDC-NP	802	210	
Despesa Financeira FIDC-NP	(1.217)	(1.202)	
Resultado financeiro	(415)	(992)	

17.3. Garantias concedidas

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias e controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

				201	2				2011
Data de Vencimento das Operações	PifCo	PNBV	TAG	Ref. Abreu e Lima	PGF	PGT	Outros	Total	Total
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	8.003
2013	3.830	3.109	-	-	-	-	-	6.939	782
2014	1.106	401	-	-	-	-	-	1.507	1.612
2015	2.554	2.438	-	-	-	-	-	4.992	2.264
2016	8.384	3.635	-	-	-	-	-	12.019	11.213
2017	4.107	2.500	-	-	-	-	613	7.220	3.468
2018 em diante	41.154	21.872	11.825	10.647	6.877	6.130	511	99.016	67.025
	61.135	33.955	11.825	10.647	6.877	6.130	1.124	131.693	94.367

17.4. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2012, a subsidiária PGT BV mantinha recursos investidos em fundo de investimento no exterior, que detinha, entre outros, títulos de dívidas de outras empresas consolidadas pela Petrobras, relacionados principalmente aos projetos Gasene, Malhas, CLEP e Marlim Leste (P-53), equivalentes a R\$ 15.561 (R\$ 14.527 em 31 de dezembro de 2011, mantidos pela PifCo e Brasoil).

17.5. Transações com controladas em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado						
	201	2	2011				
	Ativo Passivo		Ativo	Passivo			
Controladas em conjunto e coligadas	1.593	1.220	1.549	783			
Distribuidoras de gás	912	442	876	355			
Braskem e suas controladas	311	222	163	134			
Outras empresas controladas em conjunto e coligadas	370	556	510	294			
Entidades governamentais e fundos de pensão	49.933	71.334	42.922	68.063			
Títulos Governamentais	36.959	-	26.486	-			
Banco do Brasil S.A. (BB)	1.979	9.010	2.937	11.822			
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	5.453	-	3.443	-			
Setor Elétrico (nota 17.6)	3.958	-	3.672	-			
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal (nota 17.7)	835	-	832	-			
BNDES	7	47.868	7	40.891			
Caixa Econômica Federal (CEF)	-	8.262	5.130	8.184			
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)	-	3.957	-	3.869			
União Federal - Dividendos	-	977	-	1.119			
Petros (Fundo de Pensão)	-	334	-	353			
Outros	742	926	415	1.825			
	51.526	72.554	44.471	68.846			

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

		Consolidado						
	201	12	201	1				
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo				
Ativo Circulante	41.594	-	32.134	-				
Caixa e equivalente de caixa	17.407		12.079					
Títulos e valores mobiliários	21.310		16.785					
Contas a receber, líquidas	2.802		3.136					
Outros ativos circulantes	75		134					
Não Circulante	9.932		12.337					
Conta petróleo e álcool - STN	835	_	832					
Títulos e valores mobiliários	274		5.638					
Depósitos judiciais	5.453		3.443					
Outros ativos realizáveis a longo prazo	3.370		2.424					
Passivo Circulante	_	10.827	_	11.677				
Financiamentos	-	2.959	_	4.726				
Dividendos propostos		2.445		1.848				
Outros passivos circulantes		5.423		5.103				
Não Circulante		61.727		57.169				
Financiamentos	-	61.333	-	56.786				
Outros passivos não circulantes		394		383				
	51.526	72.554	44.471	68.846				

17.6. Recebíveis do setor elétrico

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía recebíveis do setor elétrico no total de R\$ 3.958 (R\$ 3.672 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$ 3.351 foram classificados no ativo não circulante após negociações realizadas ao longo do exercício.

A Companhia fornece combustível para usinas de geração termoelétrica, controladas diretas ou indiretas da Eletrobras, localizadas na região Norte do País. Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, gerenciada pela Eletrobras.

A Companhia também fornece combustível para os Produtores Independentes de Energia – PIE, empresas criadas com a finalidade de produzir energia exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AME, controlada direta da Eletrobras, cujos pagamentos de fornecimento de combustível dependem diretamente do repasse de recursos da AME para aqueles PIE.

O saldo desses recebíveis era de R\$ 3.520 (R\$ 3.217 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$ 2.966 estavam vencidos (R\$ 2.655 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia está buscando por todos os meios cabíveis a recuperação desses recebíveis e, diante de avanço nas negociações, recebeu o montante de R\$ 1 bilhão da AME, em 1º de outubro de 2012.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos com a AME de fornecimento de energia, firmados em 2005 pela controlada Breitner Energética S.A., cujas características configuraram um arrendamento mercantil financeiro das duas usinas termoelétricas, visto que os contratos determinam, entre outras condições, a transferência das usinas para AME ao final do contrato sem indenização (prazo de 20 anos). O saldo desses recebíveis era de R\$ 438 (R\$ 455 em 31 de dezembro de 2011), não havendo valores vencidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

17.7. Contas petróleo e álcool - STN

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta era de R\$ 835 (R\$ 832 em 31 de dezembro de 2011) e poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo à União Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

Visando concluir o encontro de contas com a União, a Petrobras prestou todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN - para dirimir as divergências ainda existentes entre as partes.

Considerando-se esgotado o processo de negociação entre as partes, na esfera administrativa, a administração da Companhia decidiu pela cobrança judicial do referido crédito, para liquidação do saldo da conta petróleo e álcool, tendo, para isto, ajuizado ação em julho de 2011.

17.8. Remuneração de empregados e dirigentes

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Petrobras relativas ao mês de dezembro de 2012 e 2011 foram as seguintes:

	Expresso	em reais
	2012	2011
Remuneração por empregado		
Menor remuneração	2.324,30	2.024,49
Remuneração média	11.701,22	10.652,30
Maior remuneração	69.051,65	67.494,48
Remuneração por dirigente da Petrobras (maior)	86.052,59	81.289,05

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para a administração da Petrobras durante o exercício de 2012 foi de R\$ 11,5 (R\$ 12,5 em 2011, referentes a sete diretores e nove conselheiros). Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia mantinha sete membros na Diretoria Executiva e dez membros no Conselho de Administração.

No exercício de 2012, os honorários de diretores e conselheiros no consolidado totalizaram R\$ 56,6 (R\$ 45,0 em 2011).

Conforme disposto na Lei Federal 12.353/2010, o Conselho de Administração da Petrobras passou a ter dez membros, após ratificação do representante dos empregados na Assembleia Geral Ordinária de 19 de março de 2012.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

18 Provisões para desmantelamento de áreas

	Consolic	Controladora		
Passivo não circulante	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	8.839	6.505	8.241	6.072
Revisão de provisão	10.754	2.455	10.472	2.288
Utilização por pagamentos	(571)	(488)	(571)	(328)
Atualização de juros	258	210	249	209
Outros	12	157	<u> </u>	
Saldo final	19.292	8.839	18.391	8.241

19 Tributos

19.1. Impostos e contribuições

	Consol	idado	Controladora		
Ativo circulante	2012	2011	2012	2011	
Impostos no país:					
ICMS	3.152	3.186	2.439	2.016	
PIS/COFINS	4.657	5.146	4.284	4.766	
CIDE	47	144	46	144	
Imposto de renda	2.328	2.251	1.722	1.692	
Contribuição social	237	615	109	521	
Outros impostos	395	422	236	233	
	10.816	11.764	8.836	9.372	
Impostos no exterior:	571	1.082	-		
	11.387	12.846	8.836	9.372	
Ativo não circulante					
Impostos no país:					
ICMS diferido	1.845	2.199	1.704	1.742	
PIS e COFINS diferidos	8.279	6.543	5.745	4.592	
Outros	515	452	5.745	4.532	
- Cutios	10.639	9.194	7.449	6.334	
Impostos no exterior:	34	20		0.334	
impostos no exterior.	10.673	9.214	7.449	6.334	
Passivo circulante					
Impostos no país:					
ICMS	3.040	2.178	2.725	1.945	
PIS/COFINS	1.004	579	848	483	
CIDE	34	477	34	472	
Participação especial/Royalties	5.363	5.142	5.363	5.142	
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.155	831	1.059	787	
Imposto de renda e contribuição social correntes	574	336	-	-	
Outras taxas	735	654	489	429	
	11.905	10.197	10.518	9.258	
Impostos no exterior:	617	772	<u> </u>		
	12.522	10.969	10.518	9.258	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

19.2. Impostos e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado										Controladora
	Imobili	zado									
	Custo com prospecção	Outros	Contas a receber / pagar, empréstimos e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Juros sobre capital próprio	Outros	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2010	(17.482)	(1.897)	(1.852)	(1.123)	497	711	841	754	53	(19.498)	(18.857)
Reconhecido no resultado do exercício	(3.854)	(2.321)	815	(201)	150	(57)	349	133	(1.171)	(6.157)	(7.208)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	44	-	-	-	-	(50)	(6)	(44)
Ajuste acumulado de conversão	-	(100)	(6)	-	15	32	-	-	(76)	(135)	-
Outros		186	246	(303)	(33)	(42)			554	608	(128)
Em 31 de dezembro de 2011	(21.336)	(4.132)	(797)	(1.583)	629	644	1.190	887	(690)	(25.188)	(26.237)
Reconhecido no resultado do exercício	(4.542)	(2.518)	1.927	450	131	19	(235)	1.268	(756)	(4.256)	(4.466)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	149	149	165
Ajuste acumulado de conversão	-	220	(6)	-	(107)	(392)	-	(9)	(455)	(749)	-
Outros	(27)	73	23	(69)	54	1.996	_		25	2.075	2.018
Em 31 de dezembro de 2012	(25.905)	(6.357)	1.147	(1.202)	707	2.267	955	2.146	(1.727)	(27.969)	(28.520)
							Impostos	diferido	s ativos	8.042	3.171
							•		s passivos .	(33.230)	(29.408)
							Em 31 de	dezembro	de 2011	(25.188)	(26.237)

Impostos diferidos ativos

Em 31 de dezembro de 2012

Impostos diferidos passivos (39.262)

11.293

(27.969)

6.664

(35.184)

(28.520)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

A expectativa de realização dos ativos e (passivos) fiscais diferidos é a seguinte:

Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos Consolidado Controladora Ativos **Passivos** Ativos **Passivos** 3.935 3.075 2013 3.316 1.718 2014 948 2.638 532 2.242 2015 1.084 2.530 516 2.247 2016 1.014 2.296 520 2.097 2017 1.960 3.060 1.381 2.861 2018 338 2.482 4 2.278 2019 247 2.219 15 1.988 2020 em diante 1.767 20.721 621 19.753 Parcela registrada contabilmente 11.293 39.262 6.664 35.184 Parcela não registrada contabilmente 4.336 39.262 6.664 35.184 15.629

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía créditos tributários não registrados no montante de R\$ 4.336 (R\$ 1.563 em 31 de dezembro de 2011) decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás e refino nos Estados Unidos no valor de R\$ 2.715 (R\$ 1.199 em 31 de dezembro de 2011), cujo prazo de prescrição é de 20 anos, a partir da data de sua constituição.

19.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2012 e 2011 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Control	adora
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes dos impostos	27.753	44.351	23.326	41.568
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(9.436)	(15.079)	(7.931)	(14.133)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
· Crédito em razão da inclusão de JCP como despesas operacionais	3.172	3.548	3.018	3.548
· Resultado de empresas no exterior com alíquotas diferenciadas	640	622	-	-
·Incentivos fiscais	110	386	6	87
· Prejuízos Fiscais	(669)	(588)	-	-
· Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas ^(*)	(1.107)	(466)	1.967	1.528
· Créditos fiscais de empresas no exterior em fase exploratória	(4)	(1)	-	-
·Outros	500	337	509	503
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(6.794)	(11.241)	(2.431)	(8.467)
Imposto de renda e contribuição social diferidos Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.256) (2.538)	(6.157) (5.084)	(4.465) 2.034	(7.208) (1.259)
	(6.794)	(11.241)	(2.431)	(8.467)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	24,5%	25,3%	10,4%	20,4%

(*) Inclui equivalência patrimonial

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

20 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolid	dado	Controladora		
	2012	2011	2012	2011	
Passivo					
Planos de pensão	6.149	5.059	5.637	4.568	
Planos de saúde	14.414	13.021	13.519	12.125	
	20.563	18.080	19.156	16.693	
Circulante	1.610	1.427	1.518	1.341	
Não circulante	18.953	16.653	17.638	15.352	

A parcela reconhecida no passivo circulante refere-se a estimativa de pagamentos que serão realizados nos próximos 12 meses.

20.1. Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

A Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado aos empregados da Petrobras e de subsidiárias. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido este deverá ser equacionado por participantes e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 31 de dezembro 2012, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam R\$ 6.279 (R\$ 6.008 na Controladora), dos quais R\$ 379 (R\$ 362 na Controladora), de juros vencem em 2013. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a Companhia possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R\$ 5.974, em substituição às Notas do Tesouro Nacional de longo prazo, em julho de 2012.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2013 são de R\$ 919 (R\$ 873 na Controladora).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2012, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 604 (R\$ 490 na Controladora).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2013 são de R\$ 737 (R\$ 642 na Controladora), referente a parcela de contribuição definida.

20.2. Planos de pensão no exterior - Benefício definido

A Companhia também patrocina planos de pensão no exterior, com características de benefício definido, por meio de controladas na Argentina, Japão e outros países. A maioria dos planos é financiada, onde os ativos são mantidos em trustes, fundações ou entidades similares que são regidas pelas regulamentações locais. Em 2012, as contribuições da Companhia para estes planos totalizaram o montante equivalente a R\$ 16.

20.3. Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional. A meta para alocação de ativos no período entre 2013 a 2017 é de: 40% a 60% em renda fixa, 30% a 45% em renda variável, de 3% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes 4% a 12% em projetos estruturados e de 0% a 3% em investimentos no exterior.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os ativos dos planos de pensão, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

			2012			2011	
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Valoração sem o uso de preços observáveis (Nível 3)	Valor justo total (Níveis 1, 2 e 3)	%	Valor justo total (Níveis 1, 2 e 3)	%
Renda fixa	20.243	6.054	-	26.297	46%	23.398	47%
Títulos privados	-	5.914	-	5.914		7.075	
Títulos públicos	20.243	-	-	20.243		16.158	
Outros investimentos	-	140	-	140		165	
Renda variável	16.356	3.464	6.011	25.832	46%	22.702	46%
Ações à vista	16.356	-	-	16.356		13.023	
Fundos de <i>Private Equity</i>	-	2.389	6.009	8.398		9.533	
Outros investimentos	-	1.076	2	1.078		146	
Imóveis	<u> </u>	-	2.769	2.769	5%	1.800	4%
				54.898	97%	47.900	97%
Empréstimos a participantes				1.673	3%	1.441	3%
				56.571	100%	49.341	100%

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos incluem ações ordinárias e preferenciais da Petrobras no valor de R\$ 725 e de R\$ 484, respectivamente, e imóveis alugados pela Companhia no valor de R\$ 355.

Os ativos de empréstimos concedidos a participantes são avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor de mercado.

A rentabilidade real esperada dos investimentos, baseada nas expectativas de mercado, é de 5,56% a.a. para ativos de renda variável e investimentos estruturados, 3,75% a.a. para ativos de renda fixa, 4,02% para a carteira de imóveis e 6,0% para empréstimos com participantes, resultando num retorno global de 4,6% a.a.

20.4. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras e subsidiárias mantêm um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

20.5. Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos no país e no exterior foram agregadas, uma vez que contém premissas similares e o total de ativos e obrigações de planos de pensão no exterior não é significativo. Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

			2012				2011			
		Consolida	ado		Controladora	Consolidado				Controladora
	Plano d	le Pensão				Plano	de Pensão			
	Benefício	Contribuição	Plano de			Benefício	Contribuição	Plano de		
	Definido	Variável	Saúde	Total	Total	Definido	Variável	Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	62.073	1.464	15.475	79.012	73.499	55.242	733	13.777	69.752	65.151
Custo dos juros:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· Com termo de compromisso financeiro	591	-	-	591	563	605	-	-	605	571
· Atuarial	6.353	167	1.742	8.262	7.742	5.589	83	1.551	7.223	6.747
Custo do serviço corrente	378	437	286	1.101	990	334	334	244	912	820
Benefícios pagos	(2.299)	(6)	(712)	(3.017)	(2.871)	(2.057)	(4)	(611)	(2.672)	(2.518)
(Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	11.944	(455)	436	11.925	11.295	2.352	317	514	3.183	2.728
Outros	25	45	1	71	1.040	8	1	-	9	-
Obrigação atuarial no fim do exercício	79.065	1.652	17.228	97.945	92.258	62.073	1.464	15.475	79.012	73.499
Movimentação no valor justo dos ativos do plano										
Ativo do plano no início do exercício	49.015	326	_	49.341	46.022	45.315	229	_	45.544	42.748
Rendimento esperado dos ativos do plano	5.974	52	_	6.026	5.680	5.532	36	_	5.568	5.231
Contribuições recebidas pelo fundo	888	96	712	1.696	1.607	819	64	611	1.494	1.387
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	321	-	,12	321	291	290	-	011	290	274
Benefícios pagos	(2.299)	(6)	(712)	(3.017)	(2.871)	(2.057)	(4)	(611)	(2.672)	(2.518)
Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	2.161	11	-	2.172	2.038	(888)	1	(011)	(887)	(1.100)
Outros	17	15	_	32	649	(000)	_	_	4	(1.100)
Ativos do plano no fim do exercício	56.077	494		56.571	53.416	49.015	326		49.341	46.022
Ativos do plano no min do exercicio	30.077	454		30.371	33.410	45.015	320		43.341	40.022
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações com fundo constituído	79.065	1.652	-	80.717	76.146	62.073	1.464	-	63.537	59.152
(-) Valor justo dos ativos do plano	(56.077)	(494)		(56.571)	(53.416)	(49.015)	(326)		(49.341)	(46.022)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	22.988	1.158	-	24.146	22.730	13.058	1.138	-	14.196	13.130
Valor presente das obrigações sem fundo constituído	-	-	17.228	17.228	16.112	-	-	15.475	15.475	14.347
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(17.898)	55	(2.791)	(20.634)	(19.525)	(8.530)	(430)	(2.426)	(11.386)	(10.593)
Custo do serviço passado não reconhecido	(67)	(87)	(23)	(177)	(161)	(83)	(94)	(28)	(205)	(191)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	5.023	1.126	14.414	20.563	19.156	4.445	614	13.021	18.080	16.693
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo em 1º de janeiro	4.445	614	13.021	18.080	16.693	4.510	285	11.786	16.581	15.371
(+) Custos incorridos no exercício	1.416	555	2.103	4.074	3.734	686	361	1.846	2.893	2.635
(-) Pagamento de contribuições	(519)	(43)	(709)	(1.271)	(1.202)	(479)	(35)	(611)	(1.125)	(1.042)
(-) Pagamento de contribuições (-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(321)	(45)	(709)	(321)	(291)	(290)	(33)	(011)	(290)	(274)
Outros	(321)	-	(1)	(321)	222	18	3	-	(290)	(274)
Saldo em 31 de dezembro	5.023	1.126	14.414	20.563	19.156	4.445	614	13.021	18.080	16.693
Januo em Ji de dezembro			14.414	20.303	15.130			13.021	10.000	10.033
	6	.149					5.059			

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Despesas atuariais líquidas

		2012					2011			
		Consolidad	o Controladora		Consolida		lado		Controladora	
	Plano de	e Pensão	Pensão			Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde Total	Total	Total	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	378	437	286	1.101	990	334	334	244	912	820
Custo dos juros:										
· Com termo de compromisso financeiro	591	-	-	591	563	605	-	-	605	571
· Atuarial	6.353	167	1.742	8.262	7.742	5.589	83	1.551	7.223	6.747
Rendimento estimado dos ativos do plano	(5.974)	(52)	-	(6.026)	(5.680)	(5.532)	(36)	-	(5.568)	(5.232)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	427	18	71	516	490	6	3	47	56	42
Contribuições de participantes	(383)	(54)	-	(437)	(405)	(340)	(29)	-	(369)	(344)
Custo do serviço passado	23	7	4	34	33	24	8	4	36	33
Outros	1	32	-	33	1	-	(2)	-	(2)	(2)
Custo líquido no exercício	1.416	555	2.103	4.074	3.734	686	361	1.846	2.893	2.635
Relativa a empregados ativos:										
Absorvida no custeio das atividades operacionais	431	241	442	1.114	1.085	219	152	355	726	688
Diretamente no resultado	271	302	355	928	734	108	203	301	612	508
Relativa aos inativos	714	12	1.306	2.032	1.915	359	6	1.190	1.555	1.439
Custo líquido no exercício	1.416	555	2.103	4.074	3.734	686	361	1.846	2.893	2.635

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

c) Variações entre valores estimados e incorridos

As variações entre os valores estimados e os efetivamente incorridos, nos últimos 4 anos, foram os seguintes:

	Consolidado					
	2012	2011	2010	2009		
Ganhos/(perdas) dos planos de pensão						
Ajuste de experiência da obrigação atuarial	6.840	(125)	118	(381)		
Evolução patrimonial de planos de pensão	2.169	(886)	1.996	3.423		
Ganhos/(perdas) dos planos de saúde						
Ajuste de experiência da obrigação atuarial	3.381	1.320	414	663		

d) Análise da sensibilidade

A Variação de 1 p.p. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado									
		Taxa de d	Custos Médicos							
	Pens	ão	Saúc	le	Saúde					
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.				
Obrigação atuarial	(9.960)	12.636	(2.089)	2.570	2.799	(2.259)				
Custo do serviço e juros	5.187	6.330	(267)	333	371	(287)				

e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2012	2011
Taxa de desconto	Inflação: 5,40 % a 4,11% a.a ⁽¹⁾ + Juros ⁽²⁾ : 3,75% a.a ^(2a) / 3,81 % a.a. ^(2b)	Inflação: 5,6% a 4,34% a.a + Juros: 5,58% a.a ⁽²⁾
Taxa de crescimento salarial	Inflação: 5,40% a 4,11% a.a ⁽¹⁾ + 2,105% a.a ^(3a) / 3,370% a.a ^(3b)	Inflação: 5,6% a 4,34% a.a + 2,080% a 3,188% a.a.
Taxa de retorno esperada dos ativos de planos de pensão	(3)	Inflação: 5,6% a.a + Juros: 6,49% a.a
Taxa de rotatividade dos planos de saúde	0,700% a.a ⁽⁴⁾	0,652% a.a ⁽⁴⁾
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	11,74% a 4,11%a.a ⁽⁵⁾	8,96% a 4,34%a.a ⁽⁵⁾
Tábua de mortalidade	AT 2000 por sexo, suavizada em 30% para o sexo feminino ⁽⁶⁾	AT 2000, específica por sexo
Tábua de invalidez	TASA 1927 ⁽⁷⁾	TASA 1927 ⁽⁷⁾
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss por sexo suavizada em 20% ⁽⁸⁾	AT 49, específica por sexo

⁽¹⁾ Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 5,40% e 5,50% para 2013 e 2014 respectivamente, e após, utilização da projeção média do cenário da companhia de 4,11%.

⁽²⁾ A Companhia utiliza uma metodologia para apuração de uma taxa real equivalente a partir da curva futura de retorno dos títulos de mais longo pazo do governo, considerando-se no cálculo desta taxa o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde.

⁽²a) Plano Petros Sistema Petrobras e Plano Petros 2

⁽²b) Plano AMS

⁽³⁾ O CPC 33 R1 eliminou a premissa de "rendimento esperado dos ativos para o ano seguinte" a partir de 2013.

⁽³a) Plano Petros Sistema Petrobras

⁽³b) Plano Petros 2

⁽⁴⁾ Rotatividade média que varia de acordo com a idade e tempo de serviço. Em 2012, exceto para a BR (1,603%) e para a Liquigas (7,640%).

⁽⁵⁾ Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

⁽⁶⁾ Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi aplicada a Tábua de Mortalidade AT 2000 (80% masculino + 20% feminino).

Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram utilizadas as Tábuas de invalidez Álvaro Vindas (2012) e Zimmermann ajustada (2011).

⁽⁸⁾ Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi aplicada a Tábua de mortalidade de inválidos AT 49 Masculina.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

20.6. Outros planos de contribuição definida

A Petrobras por meio de suas controladas no país e no exterior também patrocina planos de aposentadoria aos empregados de contribuição definida. As contribuições pagas no exercício de 2012, reconhecidas no resultado, totalizaram R\$ 12.

21 Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado antes da participação de empregados e administradores e do resultado atribuível aos acionistas não controladores.

No exercício de 2012, a Companhia, fundamentada nas premissas sob referência, provisionou R\$ 1.005 de PLR (R\$ 1.560 em 2011), conforme a seguir:

	2012
Lucro líquido do exercício	20.959
Participação nos lucros ou resultados	1.005
Lucro antes das participações - base de cálculo	21.964
Percentual estabelecido	4,5%
Participação nos lucros ou resultados	988
Participação nos lucros ou resultados de Empresas no Brasil	988
Participação nos lucros ou resultados de Empresas no Exterior	17_
	1.005

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, de 2013, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

22 Patrimônio líquido

22.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2012, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.392 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Aumento de capital com reservas em 2012

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em 19 de março de 2012, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 205.380 para R\$ 205.392, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros de incentivos fiscais constituída em 2011, no montante de R\$ 12, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1º, da Portaria nº 2.091/07 do Ministro do Estado da Integração Nacional. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Aumento de capital com reservas em 2013

A Administração da Petrobras está propondo à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 2013, o aumento do capital social da Companhia de R\$ 205.392 para R\$ 205.411, mediante a capitalização de reservas de lucros de incentivos fiscais constituídas em 2012, no montante de R\$ 19.

22.2. Contribuição adicional de capital

a) Gastos com emissão de ações

Custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de ações, líquidos de impostos.

b) Mudança de participação em controladas

Diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

22.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2012, foram destinados do resultado R\$ 19 de incentivo para subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), referentes à realização de parte dos depósitos para reinvestimentos com recursos do imposto de renda.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O Conselho de Administração está propondo a manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, do montante de R\$ 9.939, sendo R\$ 9.928 proveniente do lucro do exercício de 2012 e R\$ 11 do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecidos no orçamento de capital do exercício de 2013, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista de 2013.

22.4. Ajuste de avaliação patrimonial

a) Ajuste acumulado de conversão

Diferenças de conversão para real das demonstrações contábeis de investidas com moeda funcional diferente da Controladora.

b) Outros resultados abrangentes

Variações de valor justo envolvendo ativos financeiros disponíveis para venda, *hedge* de fluxo de caixa e custo atribuído do setor petroquímico.

22.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2012, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2013, no montante de R\$ 8.876, atende aos direitos garantidos estatutariamente às ações preferenciais e distribui às ações ordinárias o dividendo mínimo calculado sobre o lucro básico. Esse dividendo proposto alcançou 44,73% do lucro básico porque o direito dos preferencialistas, de prioridade de 3% da parcela do patrimônio líquido representativa das ações preferenciais, superou o dividendo mínimo equivalente a 25% sobre o lucro básico.

No exercício de 2011, os dividendos foram propostos e aprovados indistintamente às ações ordinárias e preferenciais, prevalecendo o critério de 3% da parcela do patrimônio líquido representativa das ações preferenciais, equivalentes a 38,25% do lucro básico.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração do lucro básico para cálculo dos dividendos:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício (Controladora)	20.895	33.101
Apropriação:		
Reserva legal	(1.045)	(1.655)
Reserva de incentivos fiscais	(19)	(81)
Outras reversões/adições:	11	10
Lucro básico para determinação do dividendo	19.842	31.375
Dividendos propostos, equivalente a 44,73 % do lucro básico - R\$ 0,47 por ação		
ordinária e R\$ 0,96 por ação preferencial (38,25 % em 2011, R\$ 0,92 por ação		
ordinária e preferencial) composto de:		
Juros sobre o capital próprio	8.876	10.436
Dividendos		1.565
Total de dividendos propostos	8.876	12.001
Menos:		
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente	(2.609)	(7.827)
Atualização dos juros sobre o capital próprio antecipados	(113)	(296)
Saldo de dividendos propostos	6.154	3.878

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 8.876, foram aprovados pelo Conselho de Administração da seguinte forma:

			Ações ordinárias (ON) Ações preferenciais (PN)					
Parcela	Data aprovação Conselho Administração	Data posição acionária	Data de pagamento	Valor da parcela (R\$)	Valor bruto por ação (R\$)	Valor da parcela (R\$)	Valor bruto por ação (R\$)	Valor total da parcela (R\$)
1ª. parcela JCP	27.04.2012	11.05.2012	31.05.2012	1.489	0,20	1.120	0,20	2.609
2ª. parcela JCP	04.02.2013	-	-	2.009	0,27	4.258	0,76	6.267
				3.498	0,47	5.378	0,96	8.876

Os juros sobre o capital próprio distribuídos antecipadamente em 2012 serão descontados dos dividendos propostos para este exercício, corrigidos pela taxa SELIC desde a data de seu pagamento até 31 de dezembro de 2012. A parcela final de juros sobre o capital próprio será disponibilizada na data que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária, e terá os seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2012 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 3.018 (R\$ 3.548 em 2011).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

22.6. Lucro por Ação

_	Consolidado		Contro	ladora
_	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	21.182	33.313	20.895	33.101
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº. Ações)	13.044.496.930	13.044.496.930	13.044.496.930	13.044.496.930
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	1,62	2,55	1,60	2,54

23 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2012 2011		2012	2011
Receita bruta de vendas	344.976	306.234	276.935	241.042
Encargos de vendas	(63.597)	(62.058)	(59.589)	(57.221)
Receita de vendas	281.379	244.176	217.346	183.821

24 Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado		Contro	ladora
	2012	2011	2012	2011
No. and a second and a second	(2.022)	(4.555)	(4.045)	(4.420)
Planos de pensão e saúde	(2.032)	(1.555)	(1.915)	(1.439)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(1.678)	(1.466)	(1.619)	(1.097)
Relações institucionais e projetos culturais	(1.518)	(1.439)	(1.354)	(1.275)
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	(1.465)	(1.046)	(420)	(227)
(Perdas) / Ganhos c/ processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.392)	213	(1.014)	240
Acordos Coletivos de Trabalho	(902)	(700)	(798)	(655)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(568)	(772)	(531)	(649)
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(281)	(664)	(70)	(412)
Subvenções e assistências governamentais	755	615	54	187
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	545	16	472	16
Outros	341	210	(50)	(459)
	(8.195)	(6.588)	(7.245)	(5.770)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

25 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Matérias-primas e produtos para revenda	(121.064)	(95.484)	(95.627)	(68.529)
Participação governamental	(31.301)	(27.205)	(30.398)	(26.507)
Despesas com pessoal	(23.625)	(20.464)	(18.611)	(16.153)
Depreciação, depleção e amortização	(21.766)	(17.739)	(15.738)	(12.902)
Variação dos estoques	1.297	8.782	2.479	7.243
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(40.238)	(39.768)	(35.781)	(30.853)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(5.628)	(2.504)	(5.268)	(2.243)
Tributárias	(760)	(777)	(338)	(278)
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.392)	213	(1.014)	240
Relações institucionais e projetos culturais	(1.518)	(1.439)	(1.354)	(1.275)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(1.678)	(1.466)	(1.619)	(1.097)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(568)	(772)	(531)	(649)
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	(1.465)	(1.046)	(420)	(227)
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(281)	(664)	(70)	(412)
	(249.987)	(200.333)	(204.290)	(153.642)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(210.472)	(166.939)	(167.882)	(124.320)
Despesas com vendas	(9.604)	(8.950)	(11.819)	(9.915)
Despesas gerais e administrativas	(9.842)	(8.647)	(6.843)	(6.029)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(7.871)	(4.428)	(7.131)	(3.674)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(2.238)	(2.444)	(2.217)	(2.361)
Tributárias	(760)	(777)	(338)	(278)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(8.195)	(6.588)	(7.245)	(5.770)
Participação nos lucros ou resultados	(1.005)	(1.560)	(815)	(1.295)
	(249.987)	(200.333)	(204.290)	(153.642)

26 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido ^(*)	(6.585)	(4.803)	(4.164)	(961)
Despesa com endividamentos	(10.067)	(8.146)	(5.881)	(6.114)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	3.322	4.906	3.618	4.421
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(13.330)	(8.043)	(6.427)	(2.654)
Encargos financeiros capitalizados	7.430	7.361	5.378	5.823
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	(89)	(387)	90	(124)
Receita com títulos e valores mobiliários	1.862	480	2.019	1.108
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	834	(93)	747	620
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(430)	804	(118)	808
Resultado financeiro líquido	(3.723)	122	1.689	5.581
Resultado financeiro				
Receitas	7.241	6.543	6.928	6.025
Despesas	(3.950)	(2.422)	(957)	(291)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(7.014)	(3.999)	(4.282)	(153)
	(3.723)	122	1.689	5.581

^(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

27 Processos judiciais e contingências

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, resultantes do curso normal de suas operações. A classificação das ações de acordo com a expectativa de perda como provável, possível ou remota, assim como seus valores estimados é elaborada com base em pareceres de seus assessores jurídicos e melhor julgamento da Administração.

27.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. Dentre as quais, as principais são referentes à imposto de renda retido na fonte pela emissão de títulos no exterior, perdas e danos pelo desfazimento de operação de cessão de crédito prêmio de IPI e indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro ocorrido em janeiro de 2000.

O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual do Estado do Paraná ajuizaram ações contra a Petrobras relativas à indenização por danos morais, financeiros e restauração ambiental em função de derramamentos de óleo: (i) no Terminal São Francisco do Sul — Refinaria Presidente Vargas, em 16 de julho de 2000, com provisão em 2011, cujo valor atualizado é de R\$ 70; e (ii) no poliduto Araucária — Paranaguá (OLAPA), nas cabeceiras do Rio do Meio, no município de Morretes — PR, em 16 de fevereiro de 2001, que resultou em acordo de conciliação em 26 de abril de 2012, com provisão em março de 2012 de R\$ 106, dos quais R\$ 94 foram pagos em maio de 2012 à título de indenização e R\$ 12 estão provisionados para gastos com recuperação da área.

Os valores provisionados, são os seguintes:

	Consolic	lado	Controla	dora
Passivo não circulante	2012	2011	2012	2011
Reclamações trabalhistas	687	364	542	202
Processos fiscais	696	664	20	12
Processos cíveis	1.050	901	857	739
Processos ambientais	128	82	85	62
Outros processos	24	30	<u>-</u>	
	2.585	2.041	1.504	1.015
	Consolidado		Controla	dora
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	2.041	1.606	1.015	766
Adição de provisão	1.256	588	880	336
Utilização por pagamentos	(859)	(206)	(590)	(118)
Atualização de juros	199	72	199	87
Outros	(52)	(19)	_	(56)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

27.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consoli	dado	Controladora	
Ativo não circulante	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas	1.775	1.203	1.611	1.087
Fiscais	2.932	2.085	2.357	1.781
Cíveis	653	509	566	444
Ambiental	142	98	142	98
Outros	8	7	<u> </u>	-
	5.510	3.902	4.676	3.410

27.3. Processos judiciais não provisionados

	<u>Consolidado</u>
Natureza	Estimativa
Fiscais	50.549
Cíveis - Gerais	4.944
Trabalhistas	2.652
Cíveis - Ambientais	665
Outras	8
	58.818

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

a) Processos de natureza fiscal

	Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Auto	or: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
1)	Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL e multa sobre a repactuação do Plano Petros. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	4.341
2)	Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior, nos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008, não incluso na base de cálculo do IRPJ e CSLL.	
	Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	3.395
3)	Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas diversas incorridas em 2007 relacionadas a benefícios empregatícios e PETROS.	
	Situação atual: A questão está sendo discutida no âmbito de dois processos na instância administrativa.	1.642
4)	Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre remessas para pagamentos de afretamentos de plataformas.	
	Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, onde a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.	9.109
5)	Não recolhimento da CIDE em operações de importação de nafta.	
	Situação atual: As questões estão sendo discutidas no âmbito administrativo.	3.518

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

,		
6)	Não recolhimento da CIDE no período de março de 2002 a outubro de 2003 em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas judiciais liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo.	
	Situação atual: Aguardando julgamento de recurso na Câmara Superior de Recursos Fiscais – CSRF.	1.456
7)	Não recolhimento de IOF sobre operações de mútuos. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recurso na esfera administrativa.	3.602
8)	IRRF sobre remessas ao exterior para pagamento de importação de petróleo. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recurso na esfera administrativa.	3.824
Auto	r: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro	
9)	ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN sem emissão de documento fiscal, no âmbito do estabelecimento centralizador.	
	Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, onde a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.	2.845
10)	Falta de recolhimento de ICMS nas operações de venda de querosene de aviação, em razão da declaração de inconstitucionalidade do Decreto 36.454/2004.	
	Situação atual: A questão envolve processos que tramitam no âmbito administrativo, onde a Companhia apresentou defesa.	1.621
Auto	r: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	
11)	Afastamento de cobrança de ICMS na importação de sonda de perfuração – admissão temporária em São Paulo e desembaraço no Rio de Janeiro e multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Situação atual: Um dos processos se encontra em fase administrativa e outro já foi	
	judicializado, com sentença favorável à Companhia.	4.258
	r: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, ares, Vila Velha, Vitória e Maragogipe.	
12)	Falta de retenção e recolhimento de imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN) em alguns municípios localizados no Estado do Espírito Santo, apesar de a Petrobras ter realizado a retenção e o recolhimento desse imposto aos cofres dos municípios onde estão estabelecidos os respectivos prestadores de serviços, em conformidade com a Lei Complementar n.º 116/03. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas,	
	onde a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.	1.899
Auto	r: Secretarias da Fazenda dos Estados do Rio de Janeiro e de Sergipe	
13)	Aproveitamento de créditos de ICMS na aquisição de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas,	245
	onde a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.	944
14)	Processos diversos de natureza fiscal	8.095
Tota	de processos de natureza fiscal	50.549

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Processos de natureza cível – gerais

	Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa		
Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP				
Ca pr su Si t	rocesso judicial que discute diferença de participação especial nos campos da bacia de ampos. Inclui, também, processo judicial que discute multa por descumprimento de rogramas exploratórios mínimos e processos administrativos que discutem multas por upostas irregularidades nos sistemas de medição em plataformas. Ituação atual: As questões envolvem processos em fase administrativa e judicial diversas, ande a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.	1.860		
2) Pr	rocessos diversos de natureza cível	3.084		
Total d	le processos de natureza cível	4.944		

c) Outras informações

Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda.

Em 28 de agosto de 2012, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, deu provimento ao Recurso Especial interposto pela Petrobras, julgando improcedente a ação da Porto Seguro Imóveis Ltda., antigo acionista minoritário da Petroquisa, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Em razão do referido julgamento, a contingência no valor estimado de R\$ 8.165 passou à expectativa de perda remota.

27.4. Contingências de parcerias operacionais - Campo de Frade

Em novembro de 2011, ocorreu um derramamento de óleo no campo de Frade, localizado na Bacia de Campos, que é operado pela Chevron Brasil. A promotoria pública federal está conduzindo uma investigação e iniciou um processo reivindicando R\$ 20 bilhões de indenização, contra a Chevron Brasil, Chevron Latin America Marketing LLC e Transocean Brasil Ltda, este último operador da plataforma na ocasião do derramamento.

Em abril de 2012, uma nova ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público Federal - MPF contra a Chevron e a Transocean, em razão de gotejamento de óleo identificado em imagens subaquáticas dentro do mesmo campo de Frade. O MPF pretende nessa ação a condenação das rés em outros R\$ 20 bilhões a título de indenização por danos à coletividade.

A avaliação dos nossos advogados considerou que os valores reivindicados não são razoáveis e são desproporcionalmente altos em relação à extensão dos danos causados. Na segunda ação, como o óleo não foi identificado na superfície, sequer se concebe a existência de algum dano efetivo à coletividade.

A Petrobras possui participação de 30% do consórcio de Frade. Embora não seja parte dos processos, em razão da participação, a Petrobras pode ser contratualmente obrigada a arcar com 30% do total de contingências relacionadas ao campo de Frade. Caso a Chevron seja responsabilizada legalmente, a Petrobras pode estar sujeita contratualmente ao pagamento de até 30% dos custos referentes às indenizações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

27.5. Contingências Ativas

27.5.1. Recuperação de custos de manutenção - Barracuda & Caratinga

Em 2006, a Petrobras, na qualidade de representante da Barracuda & Caratinga Leasing Company B.V.-BCLC, recorreu ao processo arbitral no exterior contra a Kellog, Brown, Root, LLC- KBR para obtenção de indenização por custos de manutenção realizada nas linhas flexíveis do campo de Barracuda e Caratinga, no período coberto por garantia contratual.

Em 21 de setembro de 2011, o Tribunal arbitral deu ganho de causa à BCLC, de forma definitiva, condenando a KBR a indenizá-la em R\$ 339, pleiteados na arbitragem, acrescidos de custos internos da Petrobras na condução da arbitragem, além de honorários advocatícios e custas do processamento arbitral. Após decisão, a Petrobras reconheceu em 2011 o valor de R\$ 339 no ativo.

A Halliburton, garantidora da KBR negociou em dezembro de 2012 com BCLC um acordo para solução da arbitragem no valor de R\$ 446, cujo pagamento foi efetuado em 11 de janeiro de 2013.

27.5.2. Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e subsidiárias ajuizaram ações ordinárias contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o respectivo §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 18 de novembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça julgou procedente a ação da Petrobras, ajuizada em 2006 para recuperar os valores de COFINS do período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Após o trânsito em julgado da ação, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 497 (R\$ 349 na controladora) como impostos a recuperar no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui R\$ 2.216 (R\$ 2.135 na Controladora) relativos a estas ações que ainda não estão refletidos nas informações contábeis em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

27.5.3. Ação judicial nos Estados Unidos - P-19 e P-31

Em 2002, a Brasoil e a Petrobras venceram, em primeira instância, perante a Justiça norte-americana, ações conexas movidas pelas seguradoras United States Fidelity & Guaranty Company e American Home Assurance Company, as quais tentavam obter, desde 1997, em face da primeira (Brasoil), declaração judicial que as isentassem da obrigação de pagar o valor do seguro de construção *performance bond* das plataformas P-19 e P-31, e, em face da segunda (Petrobras), buscavam ressarcimento de quaisquer quantias que viessem a ser condenadas no processo de execução da *performance bond*.

A Justiça Americana proferiu decisão executiva em 21 de julho de 2006, condicionando o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo de ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Brasoil, Petrobras e as Seguradoras formularam os pedidos de encerramento dos processos no Brasil, o que foi deferido em primeira e segunda instância, mas que, no momento, aguarda decisão do Superior Tribunal de Justiça, onde se encontra em razão de recurso apresentado pela construtora das plataformas.

Em 2012, a Companhia intensificou as medidas para encerramento das ações, cujo valor da indenização é de aproximadamente US\$ 245 milhões.

28 Compromisso de compra de gás natural

A Petrobras assinou contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, tendo por objetivo a compra de um total de 201,9 bilhões de m³ de gás natural ao longo de sua vigência, comprometendo-se a comprar volumes mínimos anuais a um preço calculado segundo fórmula atrelada ao preço do óleo combustível. O contrato tem vigência inicial até 2019, que será prorrogada até que todo o volume contratado seja consumido.

Em 31 de dezembro de 2012, o compromisso de compra mínima para o período de 2013 até 2019 é de aproximadamente 61,5 bilhões de m³ de gás natural equivalente a 24,06 milhões de m³ por dia, que corresponde a um valor total estimado de US\$ 17,90 bilhões.

29 Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustível - ANP no total de R\$ 6.404 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 5.626 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 3.194 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 2.432 referem-se a garantias bancárias.

30 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como: risco de mercado relacionado aos preços do petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, riscos de crédito e de liquidez.

30.1. Gerenciamento dos riscos

A política de gestão de riscos da Petrobras visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

A Diretoria Executiva, responsável pelo gerenciamento de riscos da Petrobras, instituiu o Comitê de Integração Financeira para avaliar e estabelecer periodicamente diretrizes para medição, monitoramento e gerenciamento dos riscos e para suportar as suas decisões. Este Comitê é composto permanentemente por todos os gerentes executivos da área financeira e, em caso de temas específicos, por gerentes executivos das áreas de negócios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

30.2. Risco de mercado

30.2.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo é atender às necessidades operacionais da Companhia.

As operações com derivativos limitam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior, usualmente de curto prazo, acompanhando os prazos das operações comerciais.

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco, para variações de preços de petróleo e derivados da Petrobras, nas transações realizadas no exterior são o fluxo de caixa operacional em risco (CFAR), o Valor em Risco Value at Risk-VAR e Stop Loss.

a) Valor de referência (nocional), valor justo e garantias dos derivativos de petróleo e derivados

	Consolidado				
	Valor nocional (em mil bbl)*		Valor justo ^{**}		Vencimento
Balanço patrimonial	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	
<u>Contratos Futuros</u>	(3.380)	(6.217)	(36)	34	2013 / 2014
Compromissos de compra	16.500	30.193			_
Compromissos de venda	(19.880)	(36.410)			
Contratos de Opções	(2.050)	(2.130)	(3)	(4)	2013
Compra	(1.080)	(730)	(2)	(3)	
Posição titular	3.204	6.728			
Posição lançadora	(4.284)	(7.458)			
Venda	(970)	(1.400)	(1)	(1)	
Posição titular	2.029	3.990			
Posição lançadora	(2.999)	(5.390)			
Contratos a termo	-	275	-	_	2012
Posição comprada	-	275	-		
Posição vendida					
Total registrado em outros ativos e passivos circula	intes		(39)	30	

^(*) Valor de Referência (Nocional) negativo representa posição vendida.

^(**) Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.

	Consoli	solidado	
Resultado financeiro	2012	2011	
Perda registrada no resultado do exercício	(192)	(357)	
	Consoli	idado	
Garantias dadas como colaterais	2012	2011	
Constituídas geralmente de denósitos	211	168	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Análise de sensibilidade de derivativos de petróleo e derivados

O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2012, os cenários possível e remoto consideram a deterioração dos preços na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a mesma data.

		Consolidado			
Petróleo e derivados	Risco	Provável em 31.12.2012	Possível (△25%)	Remoto (△50%)	
	Derivativo (alta do petróleo Brent)	(42)	(318)	(595)	
Brent	Estoque (baixa do petróleo Brent)	34 (8)	309 (9)	584 (11)	
Diesel	Derivativo (baixa do Diesel) Estoque (alta do Diesel)	(4)	(102) 100	(199) 198	
Diesei	Listoque (arta do Diesel)	(3)	(2)	(1)	
Frete	Derivativo (baixa do Frete) Estoque (alta do Frete)	- 1 1	(1) 1 -	(2) 2 -	
Gasolina	Derivativo (alta da gasolina) Estoque (baixa da gasolina)	(4) 3 (1)	(6) 5 (1)	(8) 8 -	
Nafta	Derivativo (baixa da nafta) Estoque (alta da nafta)	(1) 2 1	(10) 11 1	(20) 21 1	
Óleo Combustível	Derivativo (alta do óleo combustível) Estoque (baixa do óleo combustível)	(7) (6)	(136) 128 (8)	(273) 263 (10)	
WTI	Derivativo (baixa do WTI) Estoque (alta do WTI)	12 (12)	58 (60) (2)	105 (108) (3)	

Derivativos embutidos – Venda de etanol c)

A Companhia celebrou um contrato de venda de etanol hidratado por uma fórmula de preço definida no momento da assinatura do contrato. A definição de preço de cada carregamento de etanol hidratado entregue neste contrato envolve duas cotações de referências distintas: etanol e nafta.

Considerando que a cotação da nafta não mantém relação estrita com o custo ou valor de mercado do etanol, a parcela referente ao instrumento derivativo foi separada do contrato principal, reconhecida a valor justo (nível 3) e classificada como resultado financeiro. A Companhia determinou o valor justo deste contrato baseado na diferença entre os spreads de nafta e etanol.

Os valores de referência (nocional), justo e a análise de sensibilidade do *swap* encontram-se a seguir:

Valor				Análise de sensibilidade em 31.12.2012				
	nocional	Valor	justo		Provável	Possível	Remoto	
Contrato a Termo	(em mil m3)	2012	2011	Risco	31.12.2012 (*)	(△ de 25%)	(△ de 50%)	
Posição comprada				Queda no spread	(7)	(66)	(135)	
(vencimento em 2015)	663	74	49	Nafta X Etanol				
(*) O Cenário provável foi ob	ntido nela difer	enca entre os c	ontratos futuro	s de etanol e nafta con	n vencimento nara	31 de marco de 2	013	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Resultado financeiro	2012	2011
Ganho (perda) registrado no resultado do exercício	22	(55)

A Companhia determinou o valor justo deste contrato baseado em práticas utilizadas no mercado, em que se apura a diferença entre os *spreads* de nafta e etanol. O preço de venda do etanol no contrato é referente ao mercado brasileiro (ESALQ). Os parâmetros utilizados no cálculo tiveram seus valores obtidos das cotações de mercado do preço do etanol e da nafta no mercado futuro da *Chicago Board of Trade* (CBOT) no último dia útil do período das informações contábeis.

30.2.2. Gerenciamento de risco cambial

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a Companhia está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxas de câmbio que referenciam posições ativas e passivas.

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los de forma integrada através do reconhecimento ou criação de proteções naturais (*hedges* naturais), beneficiando-se das correlações entre suas receitas e despesas. No curto prazo, nos casos em que a exposição cambial decorre dos contratos em que o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, a proteção se dá por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

a) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos de moeda estrangeira

Contratos de Swap

Iene x Dólar

A Companhia contratou uma operação de proteção patrimonial *hedge* denominada *cross currency swap* para cobertura dos *Bonds* emitidos em ienes, de forma a fixar em dólares os custos desta operação. A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. Para essa relação entre o derivativo e o empréstimo, qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, foi adotada metodologia de contabilização de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

As alterações no valor justo, na medida da eficácia da operação, testada trimestralmente, são contabilizadas em outros lucros abrangentes acumulados, até que o resultado do item objeto de *hedge* seja realizado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Valor de referência (nocional), valor justo e garantias

	Consolidado				
		ocional ilhões)	Valor j	usto	
Balanço patrimonial	2012	2011	2012	2011	
Cross Currency Swap (vencimento em 2016)		_	156	243	
Posição ativa (JPY) - 2,15%a.a.	JPY 35.000	JPY 35.000	887	926	
Posição passiva (US\$) - 5,69%a.a.	USD 298	USD 298	(731)	(683)	
Swap (vencimento em 2012)			-	32	
Posição ativa - US\$		USD 127	-	241	
Posição passiva - R\$ CDI		BRL 199	-	(209)	
Venda de dólar a termo	USD 1.077	USD 87	1	(3)	
Total registrado em outros ativos e passivos		=	157	272	
	Conso	lidado			
Resultado financeiro e patrimônio líquido	2012	2011			
Ganho registrado no resultado do período	82	25			
Ganho registrado no patrimônio líquido	14	8			

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A Companhia possui ativos e passivos sujeitos a variações de moedas estrangeiras, cuja principal exposição é o Real em relação ao Dólar norte-americano. Os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de subsidiárias e controladas no exterior não são inseridos na exposição apresentada abaixo, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, cujo efeito de conversão das demonstrações contábeis para o Real é registrado em conta de Ajuste Acumulado de Conversão, diretamente no patrimônio líquido, sendo transferido para o resultado quando da sua realização.

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, estão descritos a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Instrumentos	Exposição em 31.12.2012	Risco	Cenário Provável ^(*)	Consolidado Cenário Possível (△ de 25%)	Cenário Remoto (△ de 50%)
Instrumentos financeiros ativos	8.407		75	2.102	4.204
Instrumentos financeiros passivos	(90.784)	Dólar	(814)	(22.696)	(45.392)
Derivativo Forward (vendido)	(2.201)		(29)	(550)	(1.100)
	(84.578)		(768)	(21.144)	(42.288)
Instrumentos financeiros ativos Instrumentos financeiros passivos Derivativo - Cross Curency Swap	(2.298) 830	lene	(99) (3)	- (575) 229	(1.149) 453
Derivativo Cross carefrey Swap	(1.468)		(102)	(346)	(696)
Instrumentos financeiros ativos Instrumentos financeiros passivos	6.451 (16.426) (9.975)	Euro	(192) 489 297	1.613 (4.107) (2.494)	3.225 (8.213) (4.988)
Instrumentos financeiros ativos	1.755	Libra	(28)	439	877
Instrumentos financeiros passivos	(5.221)	Libra	82	(1.305)	(2.610)
	(3.466)		54	(866)	(1.733)
Instrumentos financeiros ativos Instrumentos financeiros passivos	781 (2.474) (1.693)	Peso	(29) 92 63	195 (619) (424)	390 (1.237) (847)
	(101.180)		(456)	(25.274)	(50.552)

^(*) O cenário provável foi calculado considerando-se os seguintes riscos para 31 de março de 2013: Real x Dólar – desvalorização do real em 0,9% / lene x Dólar – valorização do lene em 4,53% / Euro x Dólar – desvalorização do Euro em 2,98% / Libra x Dólar – desvalorização da Libra em 1,57% / Peso x Dólar – desvalorização do Peso em 3,87%. Os dados foram obtidos a partir do Relatório Focus e da Bloomberg.

A exposição líquida da Petrobras ao risco cambial não é considerado significativo no longo prazo, em função do equilíbrio existente entre passivos, ativos, receitas e compromissos futuros em moeda estrangeira no longo prazo, mitigando o impacto de possíveis variações cambiais no fluxo de caixa, não comprometendo sua liquidez no curto prazo, considerando que grande parcela da dívida vence no longo prazo.

30.2.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é, principalmente, em função da LIBOR, para os financiamentos expressos em moeda estrangeira, e da taxa de juros de longo prazo (TJLP) para os financiamentos expressos em Reais. O aumento das taxas implica em acréscimo das despesas financeiras impactando negativamente a posição financeira da Petrobras.

A Petrobras considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar esse tipo de risco; exceto em função de situações específicas apresentadas por empresas do sistema Petrobras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

Contratos de Swap

Taxa de juros flutuante (Libor USD) x Taxa fixa (USD)

A Companhia contratou uma operação denominada *swap* de taxa de juros, com o objetivo de transformar um financiamento atrelado a uma taxa flutuante em taxa fixa, de forma a eliminar o descasamento entre os fluxos de caixa ativos e passivos de projeto de investimento. A Companhia não tem intenção de liquidar a operação antes de seu vencimento e, para tanto, adotou a metodologia de contabilização de operações de *hedge* (*hedge accounting*) para a relação entre o financiamento e o derivativo.

As demais operações em aberto estão dispostas na tabela a seguir:

b) Valor de referência (nocional), valor justo, garantias e análise de sensibilidade

	Consolidado					
	Valor No (em mill	Valor justo				
Balanço patrimonial	2012	2011	2012	2011		
Swap (vencimento em 2020)						
Posição passiva	USD 460	USD 478	(85)	(67)		
Swap (vencimento em 2015)		_	(2)	(3)		
Posição ativa — Euribor	EUR 15	EUR 20	1	1		
Posição passiva - Taxa fixa 4,19%	EUR 15	EUR 20	(3)	(4)		
Total registrado em outros ativos e passivos		_	(87)	(70)		

	Consolidado		
Resultado financeiro e patrimônio líquido	2012	2011	
Perda registrada no resultado do exercício	(1)	-	
Perda registrada no patrimônio líquido	(18)	(34)	

		Consolidado						
Derivativos de Juros	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário Possível (△ de 25%)	Cenário Remoto (△ de 50%)				
Hedge (Derivativo - Swap)	Queda da libor	(89)	(7)	(24)				
Dívida	Alta da libor	89	7	24				
Efeito Líquido								
Hedge (Derivativo - Swap)	Queda do euribor	-	1	-				
Dívida	Alta do euribor		(1)					
Efeito Líquido								

^(*) O cenário provável foi obtido a partir dos futuros de LIBOR

As operações existentes de derivativos de taxa de juros não exigem depósito de margem de garantia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

30.3. Risco de crédito

A Petrobras está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

A gestão do risco de crédito na Petrobras faz parte do gerenciamento dos riscos financeiros, que é realizado pelos diretores da Companhia, segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos. As Comissões de Crédito são compostas, cada uma, pelos Gerentes Executivos das áreas de risco, finanças e comerciais.

As Comissões de Crédito têm por finalidade analisar as questões vinculadas à gestão do crédito, tanto no que diz respeito à sua concessão, quanto à sua administração; promover a integração entre as unidades que as compõem; identificar as recomendações a serem aplicadas nas unidades envolvidas ou submetidas à apreciação das instâncias superiores.

A política de gestão de risco de crédito faz parte da política global de gestão de riscos da Companhia e visa conciliar a necessidade de minimizar a exposição ao risco de crédito e de maximizar o resultado das vendas e operações financeiras, mediante processo de análise, concessão e gerenciamento dos créditos de forma eficiente.

A Petrobras utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado em que atua.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, estando os créditos concedidos divididos entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior.

O crédito concedido a instituições financeiras está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

A exposição máxima ao risco de crédito está representada principalmente pelo saldo de contas a receber e operações com derivativos em aberto.

30.4. Risco de liquidez

O Risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia prevê a continuidade do alongamento do prazo de vencimento de suas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

A Petrobras financia o capital de giro através da centralização do caixa do sistema e assumindo dívidas de curto prazo que normalmente são relacionadas ao fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito, financiamento e pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos por vencimento:

Vencimento	Consolidado
2013	22.814
2014	18.168
2015	24.570
2016	37.284
2017	26.433
2018	38.465
2019 em diante	110.322
Em 31 de dezembro de 2012	278.056
Em 31 de dezembro de 2011	229.381

30.5. Aplicações financeiras (operações com derivativos)

As operações com derivativos, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, destinam-se exclusivamente à troca de indexadores dos ativos que compõem as carteiras, e tem o objetivo de dar maior flexibilidade aos administradores na busca pela eficiência no gerenciamento das disponibilidades.

A tabela a seguir representa os valores de mercado das operações com derivativos contidas nos fundos de investimento exclusivos em 31 de dezembro de 2012:

Contrato	Quantidade Contratos (em milhares)	Valor nocional	Valor justo	Vencimento
<u>DI Futuro</u>		_	2	2013 à 2015
Posição comprada	117.174	10.877	1	
Posição vendida	(164.166)	(15.066)	1	
<u>Dólar Futuro</u>		_		2013
Posição comprada	110	11	(1)	
Posição vendida	(331)	(34)	1	
<u>Swap</u>		_	2	2014
Posição Ativa	-	405	9	
Posição Passiva	-	(405)	(7)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

31 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 191.478 calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 180.818.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

	Valor jus	to medido com	base em	
	Preços cotados em mercado ativo (Nível I)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível II)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível III)	Total do valor justo contabilizado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	21.376	-	-	21.376
Derivativos de commodities	-	-	74	74
Derivativos de Moeda Estrangeira	1	156	-	157
Derivativos (Aplicações Financeiras)	4			4
Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.381	156	74	21.611
Saldo em 31 de dezembro de 2011	22.362	243	49	22.654
Passivos				
Derivativos de commodities	(39)	-	-	(39)
Derivativos de Juros	(87)			(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(126)			(126)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(106)	(3)	_	(109)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora) (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

32 Seguros

Para proteção do seu patrimônio a Petrobras transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autosseguro com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A Companhia, assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US\$ 80 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2012 podem ser assim demonstradas:

		Importânc	ia segurada
Ativo	Tipos de cobertura	Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio, riscos operacionais e riscos de engenharia	299.663	178.806
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	6.094	-
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	60.316	17.778
Total		366.073	196.584

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços (operações no Brasil), automóveis e da malha de dutos no Brasil.

33 Eventos Subsequentes

Captação da PGT

Em 28 de janeiro de 2013 a Petróleo Brasileiro S.A., por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading B.V. (PGT), assinou contrato de financiamento no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em seis anos, taxa de juros Libor de 6 meses + 1,95 % a.a. e pagamento de juros semestral.

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Informações adicionais aos fluxos de caix

Valores pagos e recebidos durante o exercício				
Imposto de renda e contribuição social	2.170	3.438	(24)	(1.176)
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	3.905	3.963	(3.339)	(3.389)
	6.075	7.401	(3.363)	(4.565)
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	371	17	-	-
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	-	35	-	342
Constituição de provisão para desmantelamento de áreas	10.719	2.532	10.481	2.382

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis Balanço social Balanço Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

			Consol	idado		
1- Base de Cálculo			2012	(2011
Receita de vendas Consolidada (RL)			281.379			244.176
Lucro antes da participação no lucro e impostos consol	idados (RO)		28.758			45.911
Folha de pagamento bruta consolidada (FPB)			15.511			13.026
		% sobr	e		% sob	re
2- Indicadores Sociais Internos (i)	Valor	FPB	RL	Valor	FPB	RL
Alimentação	890	5,74%	0,32%	845	6,49%	0,35%
Encargos sociais compulsórios	7.707	49,69%	2,74%	6.477	49,72%	2,65%
Pre vidência privada	686	4,42%	0,24%	328	2,52%	0,13%
Saúde	2.888	18,62%	1,03%	2.427	18,63%	0,99%
Segurança e saúde no trabalho	201	1,30%	0,07%	180	1,38%	0,07%
Educação	175	1,13%	0,06%	133	1,02%	0,05%
Cultura	10	0,06%	0,00%	11	0,08%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	501	3,23%	0,18%	418	3,21%	0,17%
Creches ou auxílio-creche	99	0,64%	0,04%	90	0,69%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados	1.005	6,48%	0,36%	1.560	11,98%	0,64%
Outros	82	0,53%	0,03%	76	0,58%	0,03%
Total - Indicadores sociais internos	14.244	91,84%	5,07%	12.545	96,30%	5,12%
						_
2		% sobr			% sob	
3- Indicadores Sociais Externos (i)	Valor	RO	RL	Valor		RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho	51	0,18%	0,02%	48	-,	0,02%
Educação para a Qualificação Profissional	61	0,21%	0,02%	57	-,	0,02%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (I)	60	0,21%	0,02%	70	-,	0,03%
Cultura	189	0,66%	0,07%	182	•	0,07%
Esporte	61	0,21%	0,02%	80	-,	0,03%
Outros	29	0,10%	0,01%	33	*	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	451	1,57%	0,16%	470	*	0,19%
Tributos (excluídos encargos sociais)	100.087	348,03%	35,57%	97.826		40,06%
Total - Indicadores sociais externos	100.538	349,60%	35,89%	98.296	214,10%	40,26%
		% sobr	e		% sob	re
4- Indicadores Ambientais (i)	Valor	RO	RL	Valor	RO	RL
Investimentos relacionados com a produção/operação			, , ,	Valor		- NE
da empresa	2.827	9,83%	1,00%	2.550	5,55%	1,04%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	101	0,35%	0,04%	172	0,37%	0,07%
Total dos investimentos em meio ambiente	2.928	10,18%	1,04%	2.722	5,93%	1,11%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/	() não possui metas	() cumpre de 5	51% a 75%	() não possui metas	() cumpre de	51% a 75%
operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de l	76 a 100%	() cumpre de (X) cumpre de 7		76 a 100%

(i) Informações não auditadas

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis Balanço social (continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

_			Consol	idado			
5- Indicadores do Corpo Funcional (i)			2012			2011	
Nº de empregados(as) ao final do período			85.065		81.918		
Nº de admissões durante o período (II)			4.017			3.447	
Nº de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços			360.372			328.133	
Nº de estagiários(as)			1.852			1.825	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos			37.373			35.927	
Nº de mulheres que trabalham na empresa			14.536			13.860	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			15%			14,40%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (III)			20.158			18.468	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) (IV)			25%			24,90%	
№ de pessoas com deficiência (V)			1.120			1.104	
·							
6- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (i)			2012			Metas 2013	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (VI)			20,54				
Número total de acidentes de trabalho (VII)			6.680			6.350	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (VIII)	na empresa 16.752	no Procon 10	na Justiça 32	na empresa 8.300	no Procon -	na Justiça -	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (VIII)	na empresa 94,2%	no Procon 30%	na Justiça 53%	na empresa 99%	no Procon	na Justiça -	
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor:	Em 2012:		181.789	Em 2011:		181.081	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	58% gov 5 % acionist	verno 14 % colat tas 16 % terceiro		58% go 7 % acionist			

7 - Outras Informações

- 1) A Companhia não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
- 2) A Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
- I. Inclui R\$ 3,3 milhões de repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA).
- II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil relativas às admissões por processo seletivo público.
- III. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro e Liquigás que se autodeclararam negros (cor parda e preta).
- IV. Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 24,6% são exercidos por pessoas que se autodeclararam negras (cor parda e preta).
- V. Informações relativas à Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Transpetro, que correspondem a 5,6% do efetivo nos cargos em que é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência.
- VI. Inclui as seguintes empresas: Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Liquigás e Petrobras Biocombustível.
- VII. A partir de 2012, passamos a reportar também os números de acidentados sem afastamento e de casos de primeiros socorros, além dos números de fatalidades e de acidentados com afastamento, como já era divulgado até então. Esse aumento na abrangência da informação explica a variação substancial em relação aos dados publicados em anos anteriores.
- VIII. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Liquigás. As metas para 2013 não contêm as estimativas do SAC da Petrobras Distribuidora.

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhões de reais)

					2012				
			Gás						
			&						
	E&P	Abastecimento	Energia	Biocombustível	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	145.573	227.643	23.209	895	79.601	34.985		(230.527)	281.379
Intersegmentos	143.873	74.166	2.503	719	1.724	7.542	-	(230.527)	-
Terceiros	1.700	153.477	20.706	176	77.877	27.443	-	-	281.379
Custo dos produtos vendidos	(65.651)	(253.895)	(19.010)	(945)	(72.316)	(27.499)		228.844	(210.472)
Lucro bruto	79.922	(26.252)	4.199	(50)	7.285	7.486	-	(1.683)	70.907
Despesas	(10.708)	(7.916)	(2.108)	(200)	(4.489)	(3.746)	(9.641)	298	(38.510)
Vendas, gerais e administrativas	(963)	(5.935)	(1.896)	(125)	(4.373)	(1.805)	(4.647)	298	(19.446)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(7.114)	-	-	-	-	(757)	-	-	(7.871)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.057)	(444)	(74)	(67)	(5)	(1)	(590)	-	(2.238)
Tributárias	(103)	(128)	(116)	(2)	(24)	(219)	(168)	-	(760)
Outras	(1.471)	(1.409)	(22)	(6)	(87)	(964)	(4.236)		(8.195)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e									
impostos	69.214	(34.168)	2.091	(250)	2.796	3.740	(9.641)	(1.385)	32.397
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(3.723)	-	(3.723)
Participação em investimentos	(3)	(205)	378	(52)	2	(31)	(5)	-	84
Participação nos lucros ou resultados	(342)	(267)	(38)	(2)	(83)	(29)	(244)		(1.005)
Lucro antes dos Impostos	68.869	(34.640)	2.431	(304)	2.715	3.680	(13.613)	(1.385)	27.753
Imposto de renda/contribuição social	(23.417)	11.709	(698)	86	(922)	(2.244)	8.222	470	(6.794)
Lucro líquido	45.452	(22.931)	1.733	(218)	1.793	1.436	(5.391)	(915)	20.959
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	45.446	(22.931)	1.638	(218)	1.793	1.305	(4.936)	(915)	21.182
Acionistas não controladores	6	-	95			131	(455)		(223)
	45.452	(22.931)	1.733	(218)	1.793	1.436	(5.391)	(915)	20.959

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhões de reais)

					2011				
			Gás						
	E&P	Abastecimento	& Energia	Biocombustível	Distribuição	Internacional	Cornorativo	Fliminação	Total
Receita de vendas	124.028	198.516	16.295	535	73.633	28.374	-	(197.205)	244.176
Intersegmentos	123.165	63.833	2.182	482	1.223	6.320		(197.205)	-
Terceiros	863	134.683	14.113	53	72.410	22.054	_	-	244.176
Custo dos produtos vendidos	(55.118)	(205.998)	(9.550)	(588)	(67.630)	(21.679)	_	193.624	(166.939)
Lucro bruto	68.910	(7.482)	6.745	(53)	6.003	6.695		(3.581)	77.237
Despesas	(7.058)	(7.026)	(2.533)	(222)	(4.118)	(3.169)	(8.008)	300	(31.834)
Vendas, gerais e administrativas	(819)	(5.536)	(1.739)	(111)	(4.024)	(1.554)	(4.114)	300	(17.597)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(3.674)	· · ·		-	· -	(754)	-	-	(4.428)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.248)	(470)	(116)	(50)	(9)	(1)	(550)	-	(2.444)
Tri butá ria s	(80)	(90)	(165)	(1)	(41)	(192)	(208)	-	(777)
Outras	(1.237)	(930)	(513)	(60)	(44)	(668)	(3.136)	-	(6.588)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e									<u> </u>
impostos	61.852	(14.508)	4.212	(275)	1.885	3.526	(8.008)	(3.281)	45.403
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	122	-	122
Resultado de participações em investimentos	74	(165)	398	26	9	40	4	-	386
Participação nos lucros ou resultados	(488)	(348)	(61)	(2)	(118)	(52)	(491)		(1.560)
Lucro antes dos impostos	61.438	(15.021)	4.549	(251)	1.776	3.514	(8.373)	(3.281)	44.351
Imposto de renda/contribuição social	(20.863)	5.051	(1.411)	94	(601)	(1.547)	6.920	1.116	(11.241)
Lucro líquido	40.575	(9.970)	3.138	(157)	1.175	1.967	(1.453)	(2.165)	33.110
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	40.594	(9.955)	3.109	(157)	1.175	1.949	(1.237)	(2.165)	33.313
Acionistas não controladores	(19)	(15)	29			18	(216)		(203)
·	40.575	(9.970)	3.138	(157)	1.175	1.967	(1.453)	(2.165)	33.110

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhões de reais)

> Gás &

Ativo	E&P	Abastecimento	Energia	Biocombustível	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	13.415	41.610	7.377	239	6.490	7.186	55.956	(14.171)	118.102
Não circulante	296.784	145.285	50.768	2.311	10.125	31.098	23.994	(751)	559.614
Realizável a longo prazo	10.462	9.364	3.504	33	3.785	4.564	16.253	(751)	47.214
Investimento	164	5.920	2.371	1.757	31	1.915	319	-	12.477
Imobilizado	210.029	129.686	44.108	521	5.585	22.237	6.550	-	418.716
Intangível	76.129	315	785		724	2.382	872	<u> </u>	81.207
31.12.2012	310.199	186.895	58.145	2.550	16.615	38.284	79.950	(14.922)	677.716
Circulante	10.537	41.203	4.707	239	7.956	8.272	61.886	(13.636)	121.164
Não circulante	254.164	116.982	47.150	2.180	6.936	28.167	23.984	(630)	478.933
Realizável a longo prazo	7.766	7.910	3.050	32	1.344	5.465	17.197	(630)	42.134
Investimento	23	6.306	2.160	1.612	84	1.873	190	-	12.248
Imobilizado	170.010	102.473	41.208	536	4.709	18.516	5.665	-	343.117
Intangível	76.365	293	732		799	2.313	932		81.434
31.12.2011	264.701	158.185	51.857	2.419	14.892	36.439	85.870	(14.266)	600.097

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado) Internacional Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhões de reais)

	2012										
•	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total				
Demonstração do resultado		<u> </u>			ос. ролишто						
Receita de vendas	10.468	17.533	1.175	10.133	-	(4.324)	34.985				
Inters egmentos -	7.472	4.290	73	31		(4.324)	7.542				
Terceiros	2.996	13.243	1.102	10.102	-	-	27.443				
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações											
e impostos	4.702	(831)	262	141	(567)	33	3.740				
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	2.509	(816)	243	132	(796)	33	1.305				
	2011										
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total				
Demonstração do resultado											
Receita de vendas	8.615	14.241	909	8.320		(3.711)	28.374				
Inters egmentos -	6.373	3.585	39	45	-	(3.722)	6.320				
Terceiros	2.242	10.656	870	8.275	-	11	22.054				
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações											
e impostos	3.969	(226)	190	120	(507)	(20)	3.526				
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	2.217	(213)	262	99	(396)	(20)	1.949				
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total				
Ativo total											
Em 31.12.2012	30.817	4.913	1.551	2.217	3.227	(4.441)	38.284				
Em 31.12.2011	27.358	6.365	1.742	1.889	3.412	(4.327)	36.439				

Informação Complementar Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhões de reais)

Informações sobre reservas de petróleo e gás (não auditadas)

As atividades de exploração, desenvolvimento e produção das reservas de petróleo e de gás natural no Brasil eram exercidas, exclusivamente, sob a modalidade de concessão até a promulgação da Lei 12.276, de 30 de junho de 2010, que introduziu o contrato de Cessão Onerosa, em áreas específicas do Pré-sal e da Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que introduziu o regime de partilha de produção onde áreas do Pré-sal e outras consideradas estratégicas passam a ser contratadas pela União. No exterior, a Companhia detém a maior parte de seus contratos sob a modalidade de concessão. Portanto, nos ativos da Companhia são apresentados os gastos incorridos para explorar e desenvolver a produção e não o volume de reservas monetizadas.

As reservas de petróleo e gás provadas correspondem às quantidades estimadas de petróleo bruto, gás natural e condensado que pela análise dos dados de geo-engenharia, podem ser estimados com razoável certeza, considerados comerciais, de um reservatório conhecido, sob condições econômicas definidas, métodos de operação conhecidos e sob as condições regulatórias vigentes, numa determinada data.

As reservas provadas desenvolvidas correspondem às quantidades de hidrocarbonetos que se espera recuperar nos projetos existentes de explotação de óleo e gás através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes. As reservas provadas não desenvolvidas correspondem aos volumes de hidrocarbonetos que se esperam recuperar em função de investimentos futuros em perfuração de poços, em equipamentos adicionais.

A estimativa de reservas possui incertezas inerentes ao negócio, e assim sendo alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas estimadas pela Companhia, de acordo com os critérios definidos pela *Securities and Exchange Commission - SEC*, são as seguintes:

	Petróleo (bilhões de bbl) (*)			Gás (bilhões de m³) ^(*)			Petróleo + Gás (bilhões de boe) (*)		
	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10,411	0,364	10,775	293,242	36,839	330,081	12,256	0,580	12,836
Variação das reservas	0,815	0,073	0,888	0,649	0,308	0,956	0,822	0,076	0,898
Produção	(0,687)	(0,047)	(0,734)	(19,790)	(3,255)	(23,045)	(0,815)	(0,067)	(0,882)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10,539	0,390	10,929	274,101	33,891	307,992	12,263	0,589	12,852
Reserva de empresas não consolidadas									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	0,030	0,030	-	1,231	1,231	-	0,037	0,037
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	0,024	0,024	-	1,352	1,352	-	0,032	0,032
Reservas provadas e desenvolvidas									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6,974	0,181	7,155	181,134	14,506	195,640	8,113	0,267	8,380
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6,398	0,196	6,594	180,486	13,453	193,939	7,533	0,275	7,808

^(*) Não auditado.

Nas reservas provadas internacionais não estão sendo incluídas as reservas da Bolívia, atendendo à exigência da Nova Constituição Política do Estado (NCPE), que proíbe a anotação e registro das reservas de óleo e gás por empresas privadas no país.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUIDO MANTEGA Presidente

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE Conselheiro LUCIANO GALVÃO COUTINHO Conselheiro MIRIAM APARECIDA BELCHIOR Conselheira

JORGE GERDAU JOHANNPETER Conselheiro MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER Conselheira SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA Conselheiro

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA Conselheiro MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN Conselheiro SILVIO SINEDINO PINHEIRO Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER Presidente

ALMIR GUILHERME BARBASSA Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

JOSE CARLOS COSENZA Diretor de Abastecimento

JOSE ALCIDES SANTORO MARTINS Diretor de Gás e Energia JOSE EDUARDO DE BARROS DUTRA Diretor Corporativo e de Serviços

JOSE ANTONIO DE FIGUEIREDO Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais JOSE MIRANDA FORMIGLI FILHO Diretor de Exploração e Produção

MARCOS MENEZES Contador - CRC-RJ 35.286/O-1